



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO
MODALIDADE: EJA - EDUCAÇÃO DE
JOVENSE ADULTOS**

GUAJARÁ-MIRIM/RO - 2022

SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PPC - PORTARIA

Nº 122/GJM - CGAB/IFRO, de 26 de abril de 2022

SERVIDOR	CARGO	SIAPE
Maria Enísia Soares de Souza	Professora EBTT Língua Portuguesa	3300783
Adriana dos Anjos Morais Ferreira	Técnica em Assuntos Educacionais	3257692
Celina Kenia de Andrade	Professora EBTT Educação Física	2323366
Etnã de Oliveira Lima	Professor EBTT Informática	1175472
Everton Luiz Candido Luiz	Professor EBTT Administração	1119477
Luciana Ribeiro Tiburtino Aguiar	Pedagoga	3160269
Marilei Rodrigues	Professora EBTT Matemática	2425117
Neemias Ferreira Hitotuzi	Professor EBTT Informática	3240824

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	12
1.1. Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)	12
1.2. Dirigentes Ligados à Reitoria	12
1.3. Dados da Unidade de Ensino – <i>Campus</i>	12
1.4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – <i>Campus</i> Guajará-Mirim	13
1.5. Dados Gerais do Curso	13
II. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	14
2.1. Breve Histórico do IFRO	14
2.2. Histórico do Campus Guajará-Mirim	17
2.3. Missão, Visão e Valores do IFRO	18
2.3.1. Missão	18
2.3.2. Valores	18
2.3.3. Dados Socioeconômicos da Região	18
III. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	22
3.1 Do Contexto Educacional	22
3.1.1. Dos Dados e Pirâmide Populacional	22
3.1.2 Demanda pelo Curso	23
3.1.3 Da Justificativa do Curso	23
3.1.4 Formas de Acesso ao Curso	27
3.2. Das Políticas Institucionais constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no Âmbito do Curso	29
3.2.1. A Inter-relação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	28
3.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados	29
3.2.3. Políticas de Ensino	30
3.2.4. Políticas de Pesquisa	30
3.2.5. Políticas de Extensão	31
3.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	32

3.3. Dos Objetivos do Curso -----	33
3.3.1. Geral -----	33
3.3.2. Específicos -----	33
3.4. Do Perfil do Egresso: Competências e Habilidades -----	33
3.4.1. Do Perfil de Egresso -----	33
3.4.2. Das Competências Específicas -----	34
3.5.Prática Profissional -----	35
3.5.1. Prática profissional intrínseca ao currículo técnico -----	35
3.5.2. Prática profissional supervisionada – estágio e/ou atividade equiparada ---	36
3.6. Trabalho de Conclusão de Curso -----	37
3.7. Da Estrutura Curricular -----	37
3.7.1. Núcleo Formação Básica -----	38
3.7.2. Núcleo Politécnico -----	38
3.7.3. Núcleo Profissionalizante -----	39
3.8.Conteúdos Curriculares do Curso -----	39
3.8.1. Especificação dos Componentes Curriculares -----	39
3.8.1.1. Eixos Formadores -----	39
3.8.2. Da Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso -----	40
3.8.3. Da Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais -----	40
3.9. Metodologia -----	95
3.9.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas -----	97
3.9.2. Transversalidade no Currículo -----	99
3.9.3. Prática profissional intrínseca ao currículo -----	99
3.9.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico -----	99
3.9.5. Flexibilização Curricular -----	100
3.9.6. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais -----	100
3.9.7. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos -----	103
3.9.8. Estratégias de Interdisciplinaridade -----	104
3.10. Apoio ao Discente -----	104
3.11. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso -----	105
3.11.1. Atendimento Extraclasse -----	106
3.11.2. Atendimento Psicopedagógico -----	107

3.11.3. Estratégias de Nivelamento	107
3.11.4. Estímulos às Atividades Acadêmicas	107
3.12. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino e aprendizagem	108
3.13. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino e aprendizagem do Curso.....	109
3.14. Número de Vagas	110
3.15. Participação Obrigatória dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC.....	110
IV. CORPO DOCENTE	112
4.1. Composição e Funcionamento do Conselho de Classe.....	112
4.2. Atuação do Coordenador do Curso	112
4.2.1. Identificação do Coordenador do Curso.....	114
4.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso	114
4.3. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	115
4.4 Titulação do Corpo Docente (Colegiado do Curso).....	115
4.4.1. Corpo Docente Políticas de Aperfeiçoamento, Qualificação e Atualização do Corpo Docente.....	116
4.5. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores	116
4.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente	116
4.7. Funcionamento do Colegiado do Curso	118
4.8. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente.....	119
V. INFRAESTRUTURA	120
5.1. Mesas de Trabalho para Professores.....	120
5.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos	120
5.3. Sala de Professores	121
5.4. Salas de Aula	121
5.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	122
5.6. Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos Equipamentos.....	122
5.7. Livros da Bibliografia Básica	123
5.8. Livros da Bibliografia Complementar	123
5.9. Laboratórios Didáticos e Especializados	123
VI. DOS REQUISITOS LEGAIS	124
6.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para	

o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena-----	124
6.2. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos-----	124
6.3. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista -----	126
6.4. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida-----	127
6.4.1. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física -----	127
6.4.2. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual-----	128
6.4.3. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva-----	128
6.5. Informações Acadêmicas -----	128
6.6. Políticas de Educação Ambiental -----	129
VII. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES -----	131
7.1. Da Infraestrutura do <i>Campus</i> -----	131
7.1.1. Da Infraestrutura de Segurança-----	132
7.1.2. Da Área de Convivência-----	132
7.1.3. Da Biblioteca-----	133
7.1.4. Dos Espaços para Eventos -----	133
7.1.5 Das Instalações Sanitárias -----	133
7.2. Da Organização do Controle Acadêmico-----	134
7.3. Dos Setores de Assessoramento ao Curso -----	134
7.3.1. Da Direção de Ensino -----	135
7.3.1.1. Do Departamento de Apoio ao Ensino – DAPE -----	136
7.3.1.2. Da Coordenação de Assistência ao Educando -----	136
7.3.2. Departamento de Extensão -----	137
7.3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação -----	137
7.3.4. Da Coordenação de Tecnologia da Informação -----	137
7.3.5. Do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas -----	138
7.4. Das Políticas de Educação Inclusiva-----	138
7.5. Certificação de Conclusão de Curso Técnico-----	139
7.6. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes -----	139
7.7. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência -----	140
REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO -----	141



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição da população por sexo	22
Figura 2: Taxa de analfabetismo.....	25

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria) -----	12
Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO-----	12
Quadro 3: Dados Gerais do <i>Campus</i> -----	12
Quadro 4: Diretora Geral e Diretora de Ensino-----	13
Quadro 5: Dados do Curso -----	13
Quadro 6: Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) -----	15
Quadro 7: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia-----	20
Quadro 8: Composição econômica de Guajará-Mirim -----	20
Quadro 9: População estimada para 2021da microrregião de Guajará-Mirim -----	23
Quadro 10: Eixos Formadores -----	39
Quadro 11: Matriz Curricular do Curso -----	42
Quadro 12: Plano de Atividade não presencial para a disciplina -----	102
Quadro 13: Titulação e Formação do Coordenador do Curso-----	114
Quadro 14: Titulação do Corpo Docente – Colegiado do Curso-----	115
Quadro 15: Regime de Trabalho do Corpo Docente-----	116
Quadro 16: Descrição de sala para docentes -----	120
Quadro 17: Espaço de trabalho para a coordenação de curso -----	120
Quadro 18: Descrição da sala de professores -----	121
Quadro 19: Descrição das salas de aula -----	121
Quadro 20: Quantidade de laboratório didáticos especializados -----	123
Quadro 21: Infraestrutura e respectivas quantidades e tamanho em metros quadrados	131
Quadro 22: Recursos audiovisuais do <i>Campus</i> -----	140

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) leva em consideração os desafios da educação profissional diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. De igual modo, está consignada neste documento a preocupação que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) tem em criar e implantar cursos voltados ao atendimento da população formada por Jovens e Adultos que, a seu tempo, em razão de diversos fatores, ficou impedida de estudar.

O IFRO foi concebido pela Lei de criação dos IFs nº 11.892/2008, conforme artigo 2º “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, artigo 6º, Inciso I I – “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” e; artigo 7º “Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO aponta que a oferta de cursos para atender à população formada por jovens e adultos, grupo que deixou de estudar, à sua época, deve dispor de no mínimo 10% do total de vagas para cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), à luz do que fora estabelecido no § 1º do art. 2º, do Decreto Federal Nº 5.840/06 (BRASIL, 2006).

O curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, **na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA** a ser implantado pelo IFRO, *Campus* Guajará-Mirim, abrigado no eixo de Gestão e Negócios, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (4ª Edição, 2022), do Ministério da Educação (MEC).

Ressalta-se que o IFRO não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas como um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a, a fim de propor novas possibilidades para

aqueles que, de algum modo, ainda não puderam se preparar para o exercício de uma profissão.

O presente documento se constitui no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (CTAdm/EJA) e se propõe a contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o respectivo curso técnico destinado a estudantes, maiores de 18 anos, oriundos do ensino fundamental.

Neste PPC, o IFRO apresenta uma visão sintética do curso compreendendo os seguintes aspectos: missão; contextos histórico e geográfico; objetivos; concepções e organização pedagógica; as políticas institucionais distribuídas em três dimensões, em atendimento à legislação vigente. Além do mais, este PPC, na sua macro e microestrutura, servirá como instrumento norteador no processo de formação do curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA, com foco nas necessidades regionais e nas aspirações da população local.

A organização curricular, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), está explicitada no Documento Base do PROEJA (2007), em conformidade com a legislação interna e externa sobre EJA e fundamentada nos princípios do currículo integrado. Além disso, configuram-se como eixos norteadores desta proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico (PPP), traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social.

Em consonância com a função social do IFRO, o curso proposto se compromete a promover a formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e, comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

O CTAdm/EJA, ao integrar ensino médio e formação técnica, na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pretende fomentar uma formação humana e integral na qual o objetivo profissionalizante não represente uma finalidade em si, nem seja orientado somente pelos interesses ditados pelo mercado de trabalho; mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Nessa perspectiva, as comissões de elaboração e revisão do PPC do CTAdm/EJA apresentam este projeto com a finalidade de criar um mecanismo de preparação de um cidadão que não seja somente qualificado para o mundo do trabalho, mas, principalmente e, acima de

tudo, apto a refletir e produzir novos conhecimentos e novas tecnologias acerca do mundo do trabalho.

No afã de criar um instrumento de preparação para a vida, na mais ampla acepção da palavra, as comissões elaboraram um documento que pudesse ser relevante tanto àqueles que buscam se inserir no mundo do trabalho, atuando em micro e pequenas empresas, quanto àqueles que visam empreender individualmente no segmento. Nesse sentido, o curso aborda conhecimentos fundamentais da administração, aspectos teóricos e práticos para o desenvolvimento de/nas organizações, além de estimular a capacidade empreendedora de estudantes que buscam outras formas de atuação profissional.

A Resolução CNE 01/2021 em seu artigo 12 apresenta: “O 3º segmento da EJA, correspondente ao Ensino Médio, poderá ser ofertado na forma presencial e/ou a distância, e seus currículos serão compostos por formação geral básica e itinerários formativos, indissociavelmente. Os sistemas de ensino poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, sendo que até 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido (Lei nº 13.415/2017, art. 4º, § 3º). § 1º A formação geral básica deve ter carga horária total máxima de 1.200 (mil e duzentas) horas”.

Art. 4º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de **duas mil e quatrocentas horas**, assegurando-se cumulativamente:

- I. a destinação de, no mínimo, **mil e duzentas horas para a formação geral**;
 - II. a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica;
- II e a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

Considerando os aspectos supramencionados, este PPC servirá como instrumento de gerência administrativa e pedagógica do curso, devendo, sobremaneira, atuar na formação do “aprender a ser”, do “aprender a fazer”, do “aprender a conhecer” e do “aprender a viver” de maneira integrada (DELORS *et al*, 2001).

Em face de todo o exposto, o *Campus* Guajará-Mirim apresenta, para tramitação ascendente, o PPC do CTAdm/EJA, que atende tanto às exigências apontadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), quanto o conjunto de leis, decretos, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Profissional no sistema educacional brasileiro.

I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 Dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Reitoria)

Quadro 1: Dados Gerais do IFRO (Reitoria)

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Sigla	IFRO
CNPJ	10.817.343/0001-05		
Lei	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008		
Logradouro	Avenida Lauro Sodré	Nº	6500
Bairro	Aeroporto - Prédio do CENSIPAM	Cidade	Porto Velho
Estado	Rondônia	CEP	76.803-270
E-mail	reitoria@ifro.edu.br	Fone	(69) 2182-9602

Fonte: IFRO (2022).

1.2 Dirigentes Ligados à Reitoria

Quadro 2: Reitor e Pró-reitores do IFRO

Reitor Pró-Tempore	Edslei Rodrigues de Almeida
Pró-Reitora de Ensino	Sheylla Chediak
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Dany Roberta Caldeira
Pró-Reitora de Extensão	Maria Goreth Araújo Reis
Pró-Reitora de Administração e Planejamento	Gilmar Alves Lima Junior
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	Arijoan Cavalcante dos Santos

Fonte: IFRO (2022).

1.3 Dados da Unidade de Ensino – *Campus*

Quadro 3: Dados Gerais do *Campus*

Campus	Guajará-Mirim		
CNPJ	10.817.343/0009-54		
Logradouro	Avenida 15 de Novembro	Nº	4849
Bairro	Planalto	Cidade	Guajará-Mirim
Estado	Rondônia	CEP	76850-000
E-mail	campusguajara@ifro.edu.br	Fone	(69) 3516-4700

Website	http://portal.ifro.edu.br/
----------------	---

Fonte: IFRO (2022).

1.4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – *Campus* Guajará-Mirim

Quadro 4: Diretora Geral e Diretora de Ensino

Diretora Geral	Elaine Oliveira Costa de Carvalho
Diretora de Ensino	Maria Enísia Soares de Souza

Fonte: IFRO (2022).

1.5. Dados Gerais do Curso

Quadro 5: Dados do Curso

Nome do Curso	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA
Modalidade	Presencial, Educação de Jovens e Adultos Integrada ao Ensino Médio
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios
Área de Conhecimento	Administração
Tipo de Formação (Profissional Ou Acadêmica)	Formação Profissional
Habilitação	Técnico em Administração
Carga Horária	1866,63h/r
Forma de Ingresso	Processo Seletivo Anual
Vagas de Ingresso	40
Turno de Funcionamento	Noturno
Regime de Matrícula	Anual
Tempo Mínimo de Integralização	3 anos
Tempo Máximo de Integralização	6 anos
Finalidade	Oferecer habilitação técnica de nível médio em Administração.

Fonte: IFRO (2022).

II. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

2.1 Breve Histórico do IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) constitui-se em uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tendo sido criado a partir da Lei Federal nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa Lei foi responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, anteriormente formada pelas Escolas Técnicas e Agrotécnicas, bem como pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008).

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é constituída pelas seguintes Instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais bem como o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais, seguindo a letra do diploma legal que os criou, configuram-se como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, o IFRO foi criado mediante a integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (BRASIL, 2008). Além de ser uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, o IFRO atua também na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade (IFRO, 2017).

Quadro 6: Marcos Históricos do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

ANO	ACONTECIMENTO
1993	Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e de Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi autorizada de Colorado do Oeste, com a oferta do Curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária.
2005	Credenciamento da Escola Agrotécnica Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com a oferta dos primeiros cursos superiores: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios.
2007	Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste.
	Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. As escolas não foram implantadas.
2008	Autorização de funcionamento da Escola Técnica Federal de Rondônia, Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria Nº 707, de 09 de junho de 2008.
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 706, de 09 de junho de 2008 e do <i>Campus</i> Colorado do Oeste pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.
	Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Foram criados os <i>Campi</i> Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena.
2009	Início das aulas do <i>Campus</i> Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO.
	Primeiro curso de Especialização <i>Lato Sensu</i> do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), turmas em Colorado do Oeste e outra em Ji-Paraná.
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ariquemes, por meio da Portaria nº 4, de 06 de janeiro de 2009.
2010	Autorização do funcionamento do <i>Campus</i> Avançado Cacoal e do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010, além do <i>Campus</i> Vilhena, por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010. Início das atividades letivas do <i>Campus</i> Ariquemes.
	Ainda no primeiro semestre de 2010, passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no <i>Campus</i> Ji-Paraná.
2011	Início das atividades do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste).

2012	Ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO, em Cacoal, para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais.
	A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do IFRO, por meio da Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012 da Prefeitura Municipal, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados.
2013	Início da oferta de cursos pelo <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte com os cursos presenciais de Técnico em Informática para <i>Internet</i> , Técnico em Finanças e Superior de Gestão Pública, além da oferta dos cursos técnicos EaD produzidos pelo IFRO de Técnico em Informática para <i>Internet</i> e Técnico em Finanças. Mudança na categoria de <i>Campus</i> Avançado de Porto Velho para <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013). Abertura de 16 novos polos EaD, totalizando 25 polos EaD no Estado.
	Início, em janeiro, das obras do novo <i>Campus</i> Guajará-Mirim, por meio da Ordem de Serviço nº 17, de 20 de dezembro de 2012.
	Integração da EMARC ao IFRO como <i>Campus</i> Ariquemes (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013), e autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Porto Velho Calama (Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013). Mudança de categoria de <i>Campus</i> Avançado Cacoal para <i>Campus</i> Cacoal (Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013).
2014	Acordo de Cooperação Acadêmica com a Universidad Nacional de Colombia (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE) com possibilidade de capacitação para servidores e alunos.
	Primeira consulta à comunidade do IFRO para eleição dos cargos de Reitor. Neste ano, também foram escolhidos os Diretores-Gerais dos <i>Campi</i> de Colorado do Oeste e Ji-Paraná.
2015	Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP) em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios.
	Mudança do <i>Campus</i> Porto Velho Calama para o novo prédio: 17 salas de aulas, 32 laboratórios, 1 auditório grande, 2 miniauditórios, restaurante e área de convivência, 1 biblioteca grande, salas administrativas para todos os departamentos e estacionamento pavimentado.
2016	Ato autorizativo dos <i>Campi</i> Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016. Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional.
	Firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilita intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão.
2017	Realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do <i>Campus</i> avançado Jaru no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho.
	Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências, habilitação em Química ou Biologia (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte).
	A tipologia do <i>Campus</i> Avançado Jaru foi alterada para <i>Campus</i> Jaru, conforme Portaria MEC Nº 1.053, de 5 de setembro de 2017.

2018	Início do curso de Engenharia Agrônômica em Ariquemes.
	O IFRO <i>Campus</i> Avançado São Miguel do Guaporé foi autorizado a funcionar em 28 de dezembro de 2018, por meio da Portaria MEC nº 1.429. O Projeto de Implantação é uma iniciativa para atendimento aos anseios das comunidades da região e uma alternativa fundamental para o desenvolvimento do Estado.
2019	Início do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) em Ariquemes; e do curso de Medicina Veterinária em Jaru (SEI 1560304).
2020	Manutenção da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica; e do Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, ambos na modalidade EaD, da Rede UAB/IFRO (SEI 1560304).
2021	Início do curso de Medicina Veterinária do <i>Campus</i> Colorado do Oeste. (SEI 1560304).
2022	Início do curso de Tecnologia em Agrocomputação no <i>Campus</i> São Miguel do Guaporé.

Fonte: IFRO (2018, 2019).

Em síntese, territorialmente, o Instituto Federal de Rondônia está presente em vários municípios do Estado, ofertando Educação presencial em 10 (dez) unidades, sendo 09 (nove) *Campi* e 01 (um) *Campus* Avançado, 44 polos em parceria com prefeituras e 12 polos em parceria com a CAPES (UAB) no Estado de Rondônia, 11 polos no Estado da Paraíba, 1 polo em Pernambuco, 2 polos em Minas Gerais e 1 um polo internacional em Guayaramerín - Bolívia. Além dos *Campi*, há também a Reitoria, ou seja, a Unidade Administrativa.

2.2 Histórico do *Campus* Guajará-Mirim

O *Campus* Guajará-Mirim foi oficialmente inaugurado em 10 de maio de 2016. No entanto, sua história se inicia antes dessa data. No ano de 2012, ocorreu a doação do terreno destinado à construção do *Campus* Guajará-Mirim, realizada pela Prefeitura Municipal, assim como a assinatura do Termo de Compromisso firmado entre a Prefeitura da cidade e o IFRO, para início das atividades, primeiramente com a oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EaD).

As obras para a construção do *Campus* iniciaram-se em janeiro de 2013, mas em virtude dos problemas ligados às enchentes de 2014, só puderam ser concluídas em julho de 2015. Atualmente, o *Campus* Guajará-Mirim conta com os cursos: Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio (não ofertadas vagas desde 2018); Técnico em Informática Integrado ao Ensino

Médio, na modalidade EJA (não ofertadas vagas desde 2020); Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Vigilância em Saúde Subsequente ao Ensino Médio (não ofertadas vagas desde 2019); Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio; Licenciatura Plena em Ciências - com Habilitação Química ou Biologia; Licenciatura Plena em Química (Segmento do curso de Ciências - com Habilitação Química ou Biologia; Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.

2.3 Missão, Visão e Valores do IFRO

2.3.1. Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia possui como Missão: promover educação científica e tecnológica de excelência, no Estado de Rondônia, direcionada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade (IFRO, 2017).

2.3.2. Valores

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia possui como Valores: o compromisso ético com responsabilidade social; o respeito à diversidade; à transparência; à excelência e à determinação em suas ações; em consonância com os preceitos básicos de cidadania, humanismo e com a liberdade de expressão. Além disso, orienta seus atos em consonância com os preceitos da ética pessoal e profissional; com os sentimentos de solidariedade; com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental (IFRO, 2017).

2.3.3. Dados Socioeconômicos da Região

O Estado de Rondônia, situado na Região Norte do país, delimita-se ao Norte com o Estado do Amazonas, a Leste com o Estado do Mato Grosso, ao Sul com a República da Bolívia e a Oeste com o Estado do Acre e se insere na área de abrangência da Amazônia Legal – porção ocidental. Até 1981, Rondônia era território brasileiro e, em 1982, foi transformado em Estado.

Rondônia possui dois terços de suas áreas cobertas pela Floresta Amazônica. Conta com uma área de aproximadamente 240 mil km², que corresponde a 2,8% da superfície do Brasil. A capital, Porto Velho, está localizada ao Norte do Estado, na margem direita do Rio Madeira.

O Estado apresenta um relevo pouco acidentado, com pequenas depressões e elevações,

e o clima predominante é tropical úmido, com chuvas abundantes. A vegetação é uma transição do cerrado para a floresta tropical, com florestas de várzeas, campos inundáveis e campos limpos. O cerrado recobre os pontos mais altos do território – a Chapada dos Pareíse a Serra dos Pacaás, onde há um Parque Nacional.

O Rio Madeira, maior afluente do Rio Amazonas, atravessa Rondônia a Noroeste. É navegável o ano todo no trecho entre Porto Velho e o Rio Amazonas. É utilizado para o escoamento da Zona Franca de Manaus e para o abastecimento da capital amazonense. O segundo sistema hídrico em importância no Estado é formado pelo Rio Ji-Paraná também chamado de Rio Machado e seus afluentes drenam boa parte da região oriental, desembocando no Rio Madeira no extremo Norte do Estado.

A economia rondoniense é baseada no extrativismo vegetal e na agropecuária, o que justifica grande parte de seu processo migratório. A mineração de cassiterita e o garimpo de ouro, que já foram importantes na economia estadual, estão estabilizados e, atualmente, está prosperando a exploração de pedras ornamentais (granito). Também tem se desenvolvido o turismo autossustentável (ecoturismo).

No Estado de Rondônia, conforme a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia (SEPOG/RO), o Produto Interno Bruto Per Capita 2019 foi de R\$ 26.497,00 (vinte e seis mil e quatrocentos e noventa e sete), com um crescimento de 3,69% comparado ao ano anterior. Em relação ao Brasil, no citado ano, ocupou 12ª posição, e na 3ª relativa da região Norte; assentando-se numa base agropecuária a qual foi consolidada mediante colonização e projetos desenvolvimentistas implantados pelo Governo Federal, os quais redundaram numa intensa migração para o Estado.

É nesse contexto rondoniense, que se encontra o município de Guajará-Mirim, nascido no ponto final da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a 328,1 quilômetros de Porto Velho. Além de sua trajetória histórica singular, a região é detentora de grande beleza e possui uma cultura arraigada, cuja maior demonstração é o Festival Folclórico Duelo da Fronteira, que atrai um grande número de visitantes. O grande potencial turístico do município esbarra na falta de investimentos no setor.

¹ **Rondônia está entre os cinco estados que tiveram maior crescimento acumulado no período 2002- 2019.** Dados disponíveis em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Rondonia-esta-entre-os-cinco-estados-que-tiveram-maior-crescimento.pdf>. Acesso em: 20.08.2022.

Quadro 7: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia

População	1.796.460
Produto Interno Bruto (PIB)	47.601.016.195,2
Renda Per Capita	26.497,12 (2020)
Principais Atividades Econômicas	Serviços, indústria, turismo e agropecuária
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,690 (2010)
Coeficiente de Gini	0,46 (2003)
Esperança de vida ao nascer	71,3 anos (2016)
Mortalidade infantil	(antes de completar um ano) 11,51/por 1.000 nascidos vivos (2019)

Fonte: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Rondonia-esta-entre-os-cinco-estados-que-tiveram-maior-crescimento.pdf>. Acesso em: 20.08.2022.

Conforme se constata pelos dados publicados pelos governos estadual e federal, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, está em franco desenvolvimento, e como consequência isso reflete nos municípios que compõem o Estado. Quanto a Guajará-Mirim, o Quadro 8, a seguir, traz a composição econômica do município:

Quadro 8: Composição econômica de Guajará-Mirim

COMPONENTES	VALORES PERCENTUAIS
Serviços	51,51%
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	38,87%
Agropecuária	6,46%
Indústrias	3,15%

Fonte: Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajara-mirim/pesquisa/38/47001>. Acesso em: 20.08.2022.

A base econômica municipal é subsidiada pelo setor terciário, devido principalmente à existência da Área de Livre Comércio. A segunda atividade econômica mais importante, assim como muitos municípios do país, é que em Guajará-Mirim há forte dependência da administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Por fim, atividades como a pecuária, a pesca, a agricultura e a indústria extrativista do setor madeireiro também fazem parte da base econômica do município. Já a economia informal é constituída principalmente por feirantes e vendedores ambulantes e autônomos.



O Produto Interno Bruto *Per Capita* do município em estudo, segundo dados coletados no endereço eletrônico <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajara-mirim/pesquisa/38/47001> corresponde a R\$ 19.337,36. Como o município possui aproximadamente 93% do seu território ocupado por Unidades de Preservação e Terras Indígenas, é restrita a possibilidade de desenvolvimento da agropecuária. O baixo investimento no setor industrial deve-se à distância de aglomerados populacionais.

III. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1. Do Contexto Educacional

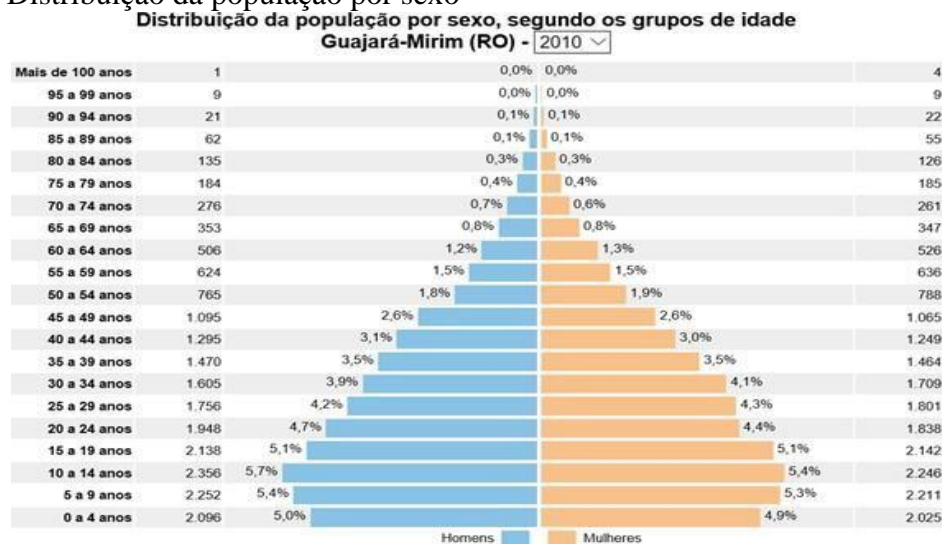
O curso será ofertado no *Campus* Guajará-Mirim, município reconhecido com economia voltada para serviços e negócios.

3.1.1. Dos Dados e Pirâmide Populacional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus* Guajará-Mirim, possui limite de atuação circunscrito aos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, e se encontra situado na Microrregião de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Por meio da pirâmide populacional do Município de Guajará-Mirim (Figura 1), é possível observar um processo de diminuição do crescimento da população, provavelmente, resultante da queda da fecundidade. Entretanto, dentro do contingente da população municipal, observa-se ainda uma forte presença do jovem, configurando uma pirâmide populacional de ápice estreito.

Figura 1: Distribuição da população por sexo



Fonte: IBGE, 2010. Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajara-mirim/panorama>. Acesso em: 20.08.2022.

Em relação à população total da microrregião de Guajará-Mirim, verifica-se que esta conta com aproximadamente 79 mil habitantes, conforme o quadro a seguir:

Quadro 9: População estimada para 2021 da microrregião de Guajará-Mirim

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Guajará-Mirim	46.930 habitantes
Nova Mamoré	32.184 habitantes

Fonte: Dados disponíveis em: <http://observatorio.sepog.ro.gov.br/PanoramaContent/Demografia/PopulacaoEstimada>. Acesso em: 07.09.2022.

3.1.2. Demanda pelo Curso

Vale ressaltar que uma pesquisa de demanda foi realizada no ano de 2022, envolvendo as cidades de Guajará-Mirim-RO e Nova Mamoré-RO, junto às associações comerciais e secretarias municipais de educação, com o intuito de avaliar o interesse da população em cursos na modalidade EJA. Diante dessa perspectiva e, considerando a demanda da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o curso ao qual este projeto se refere encontra-se vinculado ao eixo de Gestão e Negócios e à área de Administração. O currículo aqui adotado apresenta características multidisciplinares, que permitirão aos profissionais egressos a possibilidade de atuarem nos setores produtivos da sociedade, com maior ênfase nas atividades ligadas ao terceiro setor.

3.1.3. Da Justificativa do Curso

Com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e serviços; a tendência à conglomeração das empresas, à crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e à formação de blocos econômicos regionais, a busca por eficiência e por competitividade industrial, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, apresentam-se, dentre outros indícios, como evidências das transformações estruturais que afetam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho. Como consequência, essas demandas passaram a ditar novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos.

Dessa forma, o desenvolvimento deste curso se justifica, porque pretende contribuir para a ampliação da oferta e qualificação técnica, em prol da formação de profissionais capacitados no mercado de Rondônia, na área de Administração, de modo inclusivo e abrangente, conduzindo a formação de profissionais capazes de promover o desenvolvimento local/regional do Estado de Rondônia. Além disso, ao possibilitar a implantação de programas de educação

básica e de qualificação específica, pretende-se contribuir, consideravelmente, para o aumento da empregabilidade de trabalhadores da região. Dessa maneira, a própria possibilidade de inserção e reinserção da força de trabalho pode ser ampliada.

Enfrentar a nova realidade significa ter como perspectiva a formação de cidadãos abertos e conscientes, que saibam tomar decisões e trabalhar em equipe; pessoas que tenham capacidade de aprender a aprender e de empreender, na busca, seleção, análise e articulação no mundo dos negócios e do empreendedorismo, de modo que possam construir, continuamente, os conhecimentos, utilizando-se de todos os meios disponíveis, em especial dos recursos tecnológicos e conhecimentos na área da administração; cidadãos que atuem em sua realidade visando à construção de uma sociedade mais humana e menos desigual.

Nessa perspectiva, alertamos para o fato de que a EJA constitui um direito consolidado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que no seu artigo XXVI² informa:

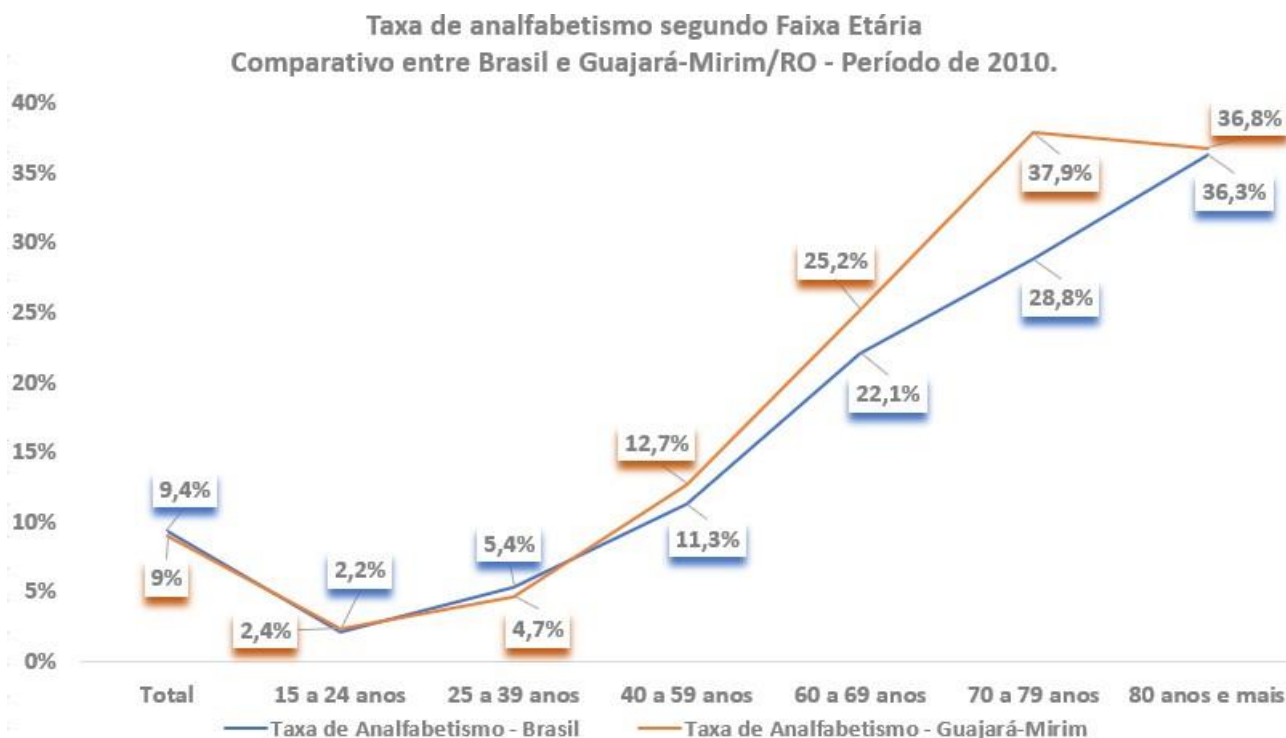
- toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. Essa modalidade da educação também é reconhecida pela Carta Magna do Brasil, de 1988, na qual o artigo 208, modificado pela Emenda 59 em 2009, estabelece que: é dever do Estado garantir: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Este mesmo texto sobre a obrigatoriedade da educação consta na LDB 9.394/1996, na seção V, Artigos 37 e 38, especificamente, tratam da Educação de Jovens e Adultos e, no seu Art. 39, traz registros da educação profissional e tecnológica, que justificam a implantação do curso, objeto deste PPC.

Apesar da existência de legislação, conforme citada, que tratam do caráter obrigatória da educação, na cidade de Guajará-Mirim, em 2018, foi registrado que cerca de 9,99% das pessoas com quinze anos ou mais não sabem ler ou escrever³, conforme Figura 2. Além disso, os jovens, adultos e idosos que ingressam no ensino básico ainda encontram desafios de permanecer nos cursos. A partir do gráfico abaixo, é possível observar que a realidade do município de Guajará-Mirim não se difere em grande escala da realidade nacional.

² Dados disponíveis em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20.08.2022.

³ DataSUS, Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfbr.def>. Acesso em: 30.04.2022.

Figura 2: Taxa de analfabetismo



Fonte: Adaptado de DataSUS, Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfbr.def>. Acesso em: 30.04.2022.

Os dados confirmam que, além da democratização do acesso à educação, é necessário desenvolver propostas educativas para EJA, que busquem promover oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, conforme postula a Lei Nacional de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9.394/1996). Dessa maneira, o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA busca acolher os interesses de formação bem como as condições de vida dos jovens e adultos da comunidade em que o *Campus* Guajará-Mirim se encontra, por meio da flexibilização dos tempos de estudo e reconhecimento dos saberes constituídos no trabalho e espaços educativos extraescolares.

A educação profissional e tecnológica é ofertada por instituições integrantes das redes federal, estadual, privada, entre outros sistemas de aprendizagem. No entanto, essa oferta é pequena diante da demanda existente no Brasil. Embora as redes tenham se empenhado em ofertar cursos no âmbito nacional, ainda assim, o que se percebe é que há muito a se fazer para atingir a população que necessita se qualificar para construir e adquirir os conhecimentos científicos para ingressar no mercado de trabalho.

Ciente de seu papel social, o IFRO – *Campus* Guajará-Mirim - assume a responsabilidade de apresentar proposta de projeto que viabilize a capacitação e a inserção dos

indivíduos na sociedade de forma participativa, ética e crítica.

Os conhecimentos relativos ao eixo Gestão Negócios, domínio em que se insere a formação de Técnico em Administração, está presente em praticamente todas as atividades econômicas existentes no mercado de trabalho. Todas as atividades envolvidas, nesse eixo, tendem, de forma simplificada, a estar relacionadas a qualquer tipo de apoio empreendedor nas diversas cadeias produtivas, independente do setor econômico em que se deseja aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Ao acompanhar as tendências mundial, nacional, estadual e regional, é possível identificar uma carência de profissionais aptos a atender demandas emergentes na área de gestão e negócios. Nesse sentido, as empresas precisam investir constantemente na capacitação de funcionários para trabalhar princípios de gestão e empreendedorismo, revelando as necessidades dos diferentes setores do ramo.

Este projeto de curso foi organizado para atender a microrregião de Guajará-Mirim e Nova Mamoré de modo a tentar suprir a demanda por capacitação técnica na área de Administração e cumprir seu papel de inclusão social ao priorizar aqueles que não tiveram acesso ao Ensino Médio e a alguma forma de encaminhamento profissional.

Dessa maneira, a integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) busca acolher aqueles que possuem trajetórias escolares descontínuas ao designar um currículo que aborda os conhecimentos, de forma significativa, contextualizando e integrando os saberes das diversas áreas de conhecimento aos conhecimentos específicos do mundo do trabalho e das práticas profissionais.

Os motivos que justificam o oferecimento do curso de forma integrada ao ensino médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), procuram levar em consideração os seguintes pontos:

- Incentivo nacional – frente à formação de profissionais para o mercado dos negócios;
- Aceleração emergente de ações de empreendedorismo;
- Procura por profissionais do eixo do curso por empresas privadas e públicas;
- Interesse de sujeitos em adquirir o conhecimento/especialização profissional com curso gratuito e de qualidade;
- Oportunidade de uma formação profissional que possibilite ao aluno ingressar no mercado de trabalho e ter renda própria.

Nesse sentido, o curso Técnico em Administração – EJA –, do *Campus* Guajará- Mirim, visa à formação de profissionais que sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento regional e local e construir novos conhecimentos, considerando as funções de coordenar,

organizar tomadas de decisão frente às demandas relacionadas a questões de gestão e de negócios.

Em face aos argumentos, o curso deverá garantir, na formação de cada aluno, um conjunto de habilidades e competências, balizado por princípios políticos, éticos e pedagógicos, articulando humanismo e empreendedorismo e, contemplando a prática profissional como principal eixo do currículo da formação técnica.

3.1.4. Formas de Acesso ao Curso

O ingresso no curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA dar-se-á: após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital especial para cada ingresso, estando de acordo com o regulamento de organização acadêmica do IFRO; por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênera; matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos, sempre de acordo com os Regulamentos já adotados pelo IFRO para cada modalidade de formação e as decisões superiores.

Para ingressar no curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA, o aluno deverá ter concluído o Ensino Fundamental.

O quantitativo de vagas a ser ofertado, por ano, será de 40 vagas. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus* Guajará-Mirim, sob indicação da Direção Geral. Os editais de processo seletivo devem indicar a necessidade de documentos pessoais para ingresso dos alunos nos cursos.

O ingresso, por meio de apresentação de transferência expedida por outra instituição, será realizado, se houver compatibilidade entre o projeto do curso na instituição de origem e o do curso no *Campus* de ingresso, conforme os seguintes indicadores, combinados e somados: o pertencimento dos cursos a um mesmo eixo tecnológico; a similaridade de pelo menos 75% das abordagens curriculares entre as duas matrizes curriculares comparadas, a de origem e a de destino; e a possibilidade de o *Campus* de ingresso oferecer condições de implementação e

complementação de estudos, quando necessário. É importante destacar que o que garante essa compatibilidade e similaridade indicadas não se trata da nomenclatura dos componentes, mas o conteúdo abordado pelas disciplinas, a carga horária desses componentes e as práticas complementares envolvidas.

Compete à Direção de Ensino, com o apoio do coordenador do curso e demais professores da área, verificar se existe a compatibilidade entre as matrizes curriculares, as cargas horárias e os conteúdos disciplinares do projeto do curso da instituição de origem em relação ao projeto do curso no *Campus*; deliberar, favoravelmente, ou não, à aceitação de matrícula, mediante apresentação de transferência, instruindo, caso necessário, para a implementação ou complementação de estudos.

Conforme os termos das Leis 9.536, de 11 de dezembro de 1997, e 8.112, de 1990, art. 99 e seu parágrafo único: o ingresso por meio de apresentação de transferência expedida por outra instituição será obrigatório (havendo vaga disponível ou não) aos servidores federais, civis ou militares e seus cônjuges, filhos, enteados e menores legalmente vivendo em sua companhia ou sob sua guarda.

O ingresso por meio da apresentação de transferência expedida por outra instituição deverá seguir os trâmites: o candidato interessado à vaga em determinado *Campus* deverá preencher um requerimento na Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) da unidade de ensino e anexar ao documento uma cópia do histórico escolar e das ementas de cada disciplina cursada, com assinatura do diretor da instituição de origem em todas as páginas do anexo. Em seguida, a CRA deverá formalizar um processo e encaminhá-lo à Direção de Ensino, para análise e parecer. Finalmente, a Direção de Ensino, articulando-se à Coordenação de Curso e professores, fará a análise e emitirá o parecer instrutivo em duas vias. Por último, o processo é devolvido à CRA.

A CRA, no caso de deferimento, arquivará o processo e, na sequência, realizará a matrícula do requerente. Em caso de indeferimento, deverá entregar ao aluno uma cópia do parecer, devolvendo-lhe ainda os documentos apresentados, à exceção do requerimento.

As cópias dos documentos apresentados pelo requerente deverão ser acompanhadas dos respectivos originais, de modo que a CRA possa fazer a conferência e imprimir o carimbo de Confere com o original.

3.2 Das Políticas Institucionais constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI) no Âmbito do Curso

3.2.1. A Inter-relação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam, efetivamente, com as políticas sociais e econômicas, em especial com aquelas que focalizam as questões locais e regionais. Dessa maneira, o fazer pedagógico deve integrar ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; deve conceber a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, enquanto instrumento de diálogo permanente com a sociedade.

Com essa finalidade, torna-se imprescindível o incentivo à iniciação científica, ao desenvolvimento de atividades comunitárias e de prestação de serviços, em uma perspectiva de participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

Configuram-se como exemplos de atividades que promovem a inter-relação do ensino com a pesquisa e a extensão: Dias de Campo; Minicursos e Projetos de Ensino; Projeto de Iniciação Científica e de Extensão. Além desses, servem de exemplos também: a criação de Empresas Júnior e do Núcleo de Incubadora de Empresas.

3.2.2. Políticas de Articulação com os Setores Públicos e Privados

A articulação constante do PDI⁴ do IFRO é incentivada pelos objetivos: administrar e estreitar relações empresariais entre o Instituto e as empresas parceiras; organizar eventos de divulgação de disseminação das atividades relacionadas à Coordenação de Integração Empresa, Escola e Comunidade.

⁴ Disponível em: <file:///C:/Users/EN%C3%8DSIA/Downloads/PDI%202018-2022.pdf>. Acesso em 20.04.2022.

3.2.3. Políticas de Ensino

O IFRO apresenta um amplo leque de serviços. Na dimensão do Ensino, oferece educação profissional técnica de nível médio; cursos superiores de tecnologia; licenciaturas; bacharelados; Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu; cursos de extensão e cursos de formação inicial e continuada.

Enquanto política de Ensino, a universalização da educação básica e o acesso aos que foram excluídos dos processos educativos, na faixa etária considerada regular, são de fundamental importância para que essa ação educativa seja tratada com o padrão de qualidade estabelecido nas demais ofertas, de forma pública, gratuita, igualitária e universal. Para tanto, torna-se necessário que a prática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) seja considerada como um campo de conhecimento específico, o que implica investigar as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos; como os sujeitos produzem os conhecimentos adquiridos, suas lógicas, estratégias e táticas de resolver situações e enfrentar desafios; como os estudantes articulam os conhecimentos prévios produzidos no seu estar no mundo àqueles disseminados pela cultura escolar; como interagem, enquanto sujeitos de conhecimento, com os sujeitos professores, nessa relação de múltiplos aprendizados. Além disso, faz-se imprescindível investigar, também, o papel do sujeito professor de EJA, suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas - todos esses temas de fundamental importância na organização do trabalho pedagógico.

3.2.4. Políticas de Pesquisa

Ao IFRO, verdadeiro fomentador do diálogo dentro de seu território, cabe provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e promover diálogos com esta realidade, numa prática própria de pesquisa. Na relação com a pesquisa, o ato de pesquisar, nos Institutos Federais, deve vir ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio que se apresenta aos Institutos Federais, no campo da pesquisa é, portanto, a necessidade de se ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve fazer-se presente durante todo o trajeto de formação do trabalhador, deve representar também a conjugação das esferas do saber, da mudança e da construção, na indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. Além disso, os novos conhecimentos produzidos por meio das pesquisas realizadas no Instituto Federal deverão ser pensados em conformidade com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e



3.2.5. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, projetos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional.

Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, às necessidades de caráter educacional, cultural e social traçadas em seu PDI. E os cursos, projetos e programas de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do IFRO, representam um importante veículo de troca e interação entre a Instituição e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento às necessidades educacionais, socioculturais da comunidade tanto local quanto regional.

3.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que procuram elucidar temas relacionados a esses pilares institucionais, visando, nesse sentido, ao aprimoramento da atuação do Instituto. Constituem alguns deles:

a) **Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino - EEDEN**: Evento realizado com o objetivo de discutir as temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem, que englobam: o acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re) organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, dentre outras questões; além de promover a aproximação da Reitoria e os *campi* entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino: os Diretores de Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Apoio ao Ensino, os chefes de Departamento/Coordenadores de Assistência ao Educando e os Coordenadores de Registros Acadêmicos. Nas próximas versões, também serão envolvidos, neste evento, as Coordenações de Biblioteca, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais;

b) **Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão – ENPEX**: Evento realizado no primeiro semestre letivo com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais da



instituição. Participam do evento: as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, bem como os representantes maiores dos respectivos setores nos *Campi* do IFRO;

c) **Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – EEMAE:** Evento realizado no primeiro semestre letivo com o objetivo de discutir as políticas e programas, bem como a implementação da assistência estudantil, no âmbito do IFRO, como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria: Pedagogo (a) Orientador (a) Educacional, Psicólogo (a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador (a) de Assistência ao Educando dos *Campi*;

d) **Encontro das Equipes de Biblioteca:** Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;

e) **Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONPEX):** realizado anualmente, apresenta como objetivo a divulgação da produção acadêmico-científica-cultural de alunos e servidores de todos os *Campi* do IFRO;

f) **Congresso de Estratégia, Comunicação e Tecnologia do IFRO – (CONNECT):** Consiste em evento realizado anualmente pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, apresentando como objetivo geral: alinhar as informações do IFRO com suas principais lideranças, integralizando todas as Pró-Reitorias, Diretorias, Coordenações e demais servidores responsáveis direta e indiretamente pelo planejamento, comunicação e tecnologia da informação e pela execução dos objetivos institucionais;

g) **Jogos do IFRO (JIFRO):** Os Jogos do Instituto Federal de Rondônia – JIFRO consistem em uma manifestação esportiva e cultural, realizada na forma de jogos competitivos em modalidades individuais e coletivas, com edição anual, orientados de forma sistemática, integrados à prática pedagógica dos esportes nos *Campi* do IFRO. O JIFRO representa uma fase classificatória para participação nos Jogos dos Institutos Federais da Região Norte – JIFEN, no mesmo ano de sua edição;

h) **Eventos nos Campi:** Os *Campi* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral;

i) **Encontro de Formação Continuada de Coordenadores de Cursos Técnicos:** -

evento que tem por finalidade: auxiliar as unidades nos procedimentos pedagógicos, concepções EMI, atribuições e perfis, além de estabelecer rotinas de trabalho que contemplem as ações inerentes ao cargo de coordenador de curso, bem como procedimentos internos de gestão dos cursos de técnicos frente ao Projeto Pedagógico de Curso, com vistas a promover a Permanência e Êxito no ensino técnico.

3.3 Dos Objetivos do Curso

3.3.1. Geral

Oferecer formação profissional técnica de qualidade em Administração integrada ao ensino médio para jovens e adultos, na perspectiva de desenvolvimento de ações voltadas às organizações.

3.3.2. Específicos

- a) Integrar o ensino médio à educação profissional, de modo a promover a formação integral e a preparação para o mundo do trabalho;
- b) Executar operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques;
- c) Aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas;
- d) Operar sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais.

3.4 Do Perfil do Egresso: Competências e Habilidades

3.4.1. Do Perfil de Egresso

O curso Técnico de nível médio em **Administração na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos** propõe a formação humana integral, na perspectiva da politecnicidade, de acordo com os princípios e bases da EPT, a fim de contribuir para o desenvolvimento local e regional, primando sempre pela ética, sustentabilidade ambiental e pelo bom senso no desenvolvimento tecnológico da sociedade e no desenvolvimento do indivíduo para o mercado de trabalho.

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (4. ed. 2022), o Técnico em Administração, ao final de sua formação, deve estar habilitado para:

- Executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, gestão financeira,



- Utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, sejam operacionais, de coordenação, de chefia intermediária ou de direção superior, sob orientação;

- Elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros;
- Elaborar e expedir relatórios e documentos diversos;
- Auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões;
- Ainda conforme as diretrizes apontadas pelo Catálogo, o campo de Atuação

do Técnico em Administração compreenderá;

- Indústrias e/ou Comércios em Geral;
- Prestadores de Serviços;
- Organizações do Terceiro Setor.

O catálogo ainda classifica qual a ocupação que o Técnico em Administração poderá ocupar de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é: 351305 - Técnico em Administração.

3.4.2. Das Competências Específicas

As competências específicas que o Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio formado pelo IFRO/*Campus* Guajará-Mirim deverá apresentar são as seguintes:

1. Organizar a coleta e documentação de informações sobre o desenvolvimento de projetos;
2. Pesquisar e obter conhecimento específico e estruturado sobre projetos, relatórios e assuntos específicos;
3. Apresentar projetos e relatórios, seguindo sua estruturação e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e segundo o manual de metodologia da instituição;
4. Apresentar oralmente os projetos e relatórios;
5. Conhecer e aplicar recursos criativos da língua portuguesa, relacionando texto/contexto de acordo com as necessidades de produção e recepção de mensagens verbais;
6. Reproduzir, com palavras próprias, as ideias e/ou informações coletadas, tendo como atividade essencial a leitura crítica e a compreensão dos textos e documentos;
7. Ler e interpretar artigos e outros textos sobre administração e sua aplicação nas atividades modernas de comunicação;
8. Usar adequadamente a língua portuguesa como instrumento de comunicação em



todas as formas de convivência humana;

9. Conhecer os principais controles administrativos que fazem parte da vida organizacional de uma empresa;
10. Conhecer as regras básicas na relação de emprego em empresas;
11. Conhecer a legislação pertinente;
12. Interpretar gráficos, tabelas e demais demonstrativos;
13. Compreender e interagir no contexto de atuação profissional com base nos valores de responsabilidade social e ética profissional.

3.5 Prática Profissional

3.5.1. Prática profissional intrínseca ao currículo técnico

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e resoluções e regulamentos vigentes para o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA, a organização curricular deverá explicitar a prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem. A Prática como Componente Curricular (PCC) não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o Curso. Em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o Estágio, o PCC deve concorrer conjuntamente para a formação dos profissionais técnicos em administração.

A correlação entre teoria e prática que propõe o PPC é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do aluno e do professor no ambiente escolar e será extremamente importante para atuação profissional. Assim, a prática permeará toda a formação do futuro profissional, garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. A prática, nesta proposta, será desenvolvida em várias disciplinas no decorrer do curso e tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão.

A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica, criando, desde o primeiro momento do Curso, uma rede de troca permanente de experiências, dúvidas, materiais e propostas de atuação. O eixo norteador da Prática como Componente Curricular é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades do campo da administração.



3.5.2. Prática profissional supervisionada – estágio e/ou atividade equiparada

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estará em conformidade com a Lei 11.788 de 25/09/2008 e regulamentos vigentes, que normatizam a oferta de estágio no âmbito institucional que prevê o Estágio Curricular Supervisionado como conteúdo curricular que fomenta o perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória, mas diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades do curso. Visa a contemplar uma prática profissionalizante de qualidade, vinculada à postura crítica diante dos conhecimentos teóricos, assim como uma postura ética diante do trabalho, tendo por objetivos:

- I. Propiciar ao aluno subsídios para a compreensão da realidade institucional;
- II. Compreender a inter-relação teoria e prática em condições concretas;
- III. Trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização.

No Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA, o estágio curricular supervisionado obrigatório contará com uma carga horária total de 100 horas-relógio. As concedentes de estágio, que receberão o estudante para a realização das atividades previstas, serão instituições e empresas públicas e/ou privadas nacionais e do exterior, de diferentes setores da economia, proporcionando ao aluno vivenciar situações diversas de práticas administrativas.

As atividades a serem desenvolvidas em campo de estágio deverão estar de acordo com as atribuições e competências dos profissionais técnico em Administração.

O estágio curricular obrigatório somente poderá ser realizado a partir do segundo ano, considerando-se a aprovação e as competências adquiridas nas disciplinas já cursadas. Para articular conhecimentos teóricos e práticos construídos no transcorrer do curso e do estágio, o estudante deverá elaborar relatório. Esse relatório será feito individual e diariamente, devendo conter as atividades realizadas durante o estágio, destacando-se a importância e ligação com os conteúdos teórico-práticos desenvolvidos no âmbito do curso, além de uma reflexão pessoal sobre essas atividades. A apresentação de Relatório de Estágio, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para o cômputo da carga horária do estágio. O estágio é obrigatório. O diploma só será expedido após conclusão e aprovação das atividades de estágios.

A Prática Profissional Supervisionada será realizada por meio do estágio obrigatório. Esgotadas as possibilidades de realização do estágio supervisionado obrigatório, é possível a substituição desse pelas seguintes atividades:



• Projetos integradores, de ensino, extensão e/ou de pesquisa desenvolvidos na área de formação do curso, devidamente cadastrados nos respectivos departamentos.

- Atividades profissionais efetivas, exercidas pelo aluno.
- Participação em Empresa Júnior ou similares;
- Trabalho de Conclusão de Curso.
- Outras atividades decididas e autorizadas pelo colegiado do curso e demais órgão

deliberativos.

Para o aproveitamento das atividades acima listadas, o aluno deverá realizar relatório de estágio, exceto para os casos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que devem ser atender as normativas específicas de TCC, resultando em artigo científico ou monografia. Esta variedade de prática profissional objetiva uma ampliação significativa das chances de os discentes concluírem o curso com êxito, com o devido desenvolvimento de habilidades e competências na área. As formas de realização da prática profissional supervisionada deverão ser desenvolvidas conforme o disposto na Lei nº 11.788/08 e Regulamentos internos do IFRO.

Questões omissas nos referenciais e neste projeto, relacionadas às condições de realização da prática no âmbito do *Campus*, serão resolvidas pelo colegiado do curso em primeira instância e pelos demais órgãos consultivos do IFRO, em segunda instância.

3.6. Trabalho de Conclusão de Curso

Em conformidade com Resolução Nº 87/CONSUP/IFRO/2016, de 26 de dezembro de 2016, o trabalho de conclusão de curso consiste em atividade com potencial para promover a criação, o desenvolvimento e a integração de competências previstas nos currículos dos cursos e em regulamentação específica, porém, só poderá substituir o estágio quando as possibilidades desse forem esgotadas.

3.7. Da Estrutura Curricular

O currículo está organizado de modo a garantir o desenvolvimento global do aluno, conforme as diretrizes fixadas pelas Resoluções CNE/CEB Nº 3/2018 (Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) e CNE/CP Nº 1/2021 (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica), do Conselho Nacional de Educação. Atende à sistemática de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional e os princípios educacionais defendidos pelo Instituto Federal de Rondônia, pautados numa educação significativa.

A organização curricular para a Habilitação de Técnico em Administração está estruturada em períodos denominados anos letivos, de modo a fomentar o desenvolvimento de capacidades, em ambientes de ensino que estimulem a busca de soluções e favoreçam ao aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem.

O curso está organizado em itinerários formativos que envolvem disciplinas distribuídas em três núcleos: a base nacional comum do Ensino Médio, o núcleo diversificado e o núcleo profissionalizante.

3.7.1. Núcleo Formação Básica

De acordo com resolução 03/2018 - Art. 11. A formação geral básica é composta por áreas de conhecimento que se articulam como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento:

- I. Linguagens e suas tecnologias; (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa)
- II. Matemática e suas tecnologias; (Matemática)
- III. Ciências da natureza e suas tecnologias; (Física, Química e Biologia)
- IV. Ciências humanas e sociais aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia);

A formação básica conserva parâmetros de conteúdos entre todos os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO. Sua aplicação, todavia, deve atender à especificidade deste curso, integrando-se ao núcleo politécnico por meio das estratégias de aplicabilidade, que envolvem exercícios, discussões, experimentações, testagens e outras estratégias de trabalho. O nível de aprofundamento em cada eixo ou temática será regulado pela natureza do curso e as necessidades da turma.

3.7.2 Núcleo Politécnico

O Núcleo Politécnico se constitui pelas disciplinas de Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional (OPPP) e Empreendedorismo que têm a finalidade ampliação do universo de formação dos estudantes.



3.7.3 Núcleo Profissionalizante

O Núcleo Profissionalizante é composto por disciplinas específicas do currículo do Curso. As disciplinas consolidam a formação dos estudantes para o trabalho, mas sem perder de vista a preparação para a vida em sociedade. Elas envolvem conhecimentos básicos específicos que habilitem ao desenvolvimento de atividades técnicas administrativas no sentido de orientar, acompanhar e executar ações que valorizem o contexto da formação, com vistas à sustentabilidade dos empreendimentos e do meio ambiente.

Os componentes curriculares são compostos por conteúdos que preparam os estudantes para o planejamento e a elaboração de projetos, gestão de serviços e pessoas e aplicação prática das técnicas e tecnologias voltadas à gestão de negócios. O desenvolvimento das ações é pautado pelos fundamentos da modalidade escolhida para o exercício da profissão. As disciplinas deste núcleo agregam os conhecimentos necessários à formação técnica integrada à formação humana e social.

3.8. Conteúdos Curriculares do Curso

3.8.1. Especificação dos Componentes Curriculares

O curso em questão se compõe de eixos temáticos definidos pelas diretrizes nacionais da educação e pela própria natureza da formação, conforme o quadro a seguir:

3.8.1.1. Eixos Formadores

Quadro 10: Eixos Formadores

Base	Núcleos de Formação	Dimensão	Disciplinas/Atividades
Formação Geral	Linguagens	A estrutura e a natureza das linguagens e sua aplicação no mundo global	Língua Portuguesa e Literatura Arte Educação Física
	Matemática e Ciências da Natureza	A construção do saber lógico e do meio como elemento de interpretação e intervenção na realidade	Matemática Física Química Biologia
	Ciências Humanas	A relação do sujeito com o tempo, o espaço, os acontecimentos e a vida pessoal e coletiva.	História Geografia Filosofia Sociologia

Formação Técnica	Instrumentalização e desenvolvimento da competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico.	Informática Aplicada Fundamentos da Administração Logística Arquivologia Legislação Trabalhista Tributária Empresarial Economia Gestão Pública Saúde e Segurança no Trabalho Planejamento Estratégico Gestão de Qualidade Administração da Produção Contabilidade Básica Gestão de Pessoas
Formação Politécnica	Instrumentalização para o mundo do trabalho	Acesso a dimensões com vistas ao desenvolvimento de potencialidades para o trabalho.	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional em Administração (OPPP) Empreendedorismo
Formação Diversificada	Instrumentalização e desenvolvimento de linguagens	Acesso a outras línguas consideradas importantes no mundo dos negócios.	Línguas Estrangeiras Modernas: Inglês e Espanhol

Fonte: Elaborado pela Comissão responsável pelo PPC.

3.8.2. Da Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta anual de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste PPC.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas, que serão oferecidas, busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos do egresso. O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma inter, multi e transdisciplinar para atender à formação do perfil do profissional egresso.

3.8.3. Da Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais

O Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do IFRO, na modalidade EJA, deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (4ª Edição, 2022), atua com



um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética, sensibilidade afetiva e estética. Esse repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam a leitura das relações sociais, étnico-raciais, e também dos processos educativos desencadeados.

Para a formação do profissional do curso Técnico em Administração é importante ressaltar que o conhecimento adquirido na escola representa um referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimentos devem servir como principal base de promoção, com equidade do exercício pleno da cidadania.

Quadro 11: Matriz Curricular do Curso

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – NA MODALIDADE EJA -CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM						
Matriz aprovada pela Resolução no XX/2022/CONSUP/IFRO						
LDB 9.394/96, art. 24; Resoluções 3/2018 e 1/2021 do Conselho Nacional de Educação						
Carga horária do curso dimensionada para 40 semanas e 200 dias letivos ao ano						
Duração da Aula: 50 minutos						
Núcleos	Componente curricular	Carga Horária Semanal			Carga Horária	
		1º	2º	3º	Hora aula	Hora relógio
Formação Básica	Língua Portuguesa e Literatura	2	2	2	240	200
	Matemática	2	2	2	240	200
	Filosofia	1	0	0	40	33,33
	Arte	0	1	0	40	33,33
	História	1	1	1	120	100
	Biologia	1	0	1	80	66,66
	Sociologia	0	0	1	40	33,33
	Língua Estrangeira Moderna Espanhol	0	1	1	80	66,66
	Língua Estrangeira Moderna Inglês	0	1	0	40	33,33
	Geografia	1	1	0	80	66,66
	Química	1	1	0	80	66,66
	Física	0	1	1	80	66,66
	Educação Física	0	0	2	80	66,66
Total da Base Nacional Comum		9	11	11	1240	1.033,28

Politécnico	Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional (OPPP)	0	0	1	40	33,33
	Empreendedorismo	1	0	1	80	66,66
Total do Núcleo Politécnico		1	0	2	120	99,99
Profissionalizante	Informática Aplicada	1	0	1	80	66,66
	Fundamentos da Administração	2	0	0	80	66,66
	Logística	1	0	0	40	33,33
	Arquivologia	1	0	0	40	33,33
	Legislação Trabalhista Tributária Empresarial	1	0	1	80	66,66
	Economia	1	1	0	80	66,66
	Gestão Pública	0	2	0	80	66,66
	Saúde e Segurança no Trabalho	0	0	1	40	33,33
	Planejamento Estratégico	0	1	1	80	66,66
	Gestão de Qualidade	1	1	0	80	66,66
	Administração da Produção	0	1	1	80	66,66
	Contabilidade Básica	0	1	1	80	66,66
	Gestão de Pessoas	1	1	0	80	66,66
Total do núcleo profissionalizante		9	8	6	920	766,66
Prática Profissional Supervisionada		120			120	100
Total Geral de aulas por ano		19	19	19	2.400	1.999,93

* Art. 14. A Educação Física é um componente curricular obrigatório do currículo da EJA e sua prática é facultativa aos estudantes nos casos previstos na Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado. (RESOLUÇÃO Nº 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021).

Plano de disciplina 1

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Língua Portuguesa e Literatura – 1º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática 00 h	CH Total: 80 h	Código:
Objetivo Geral			
Utilizar a língua portuguesa escrita e falada valorizando aspectos e manifestações linguísticas cotidianas, regionais e literárias em diferentes contextos sociais.			
Objetivos Específicos			
a) Ler e redigir textos de diferentes gêneros sociais tendo por foco a escrita e a reescrita; b) Comparar textos literários a partir da produção local com textos de outros tempos e espaços históricos; c) Usar a língua portuguesa enquanto comunicação, isto é, valorizando diferentes gêneros e níveis textuais.			
Ementa			
Compreensão da literatura a partir das narrativas e poesias regionais estabelecendo relação com outros espaços e tempos literários de modo a alcançar os escritos clássicos. Estudo da língua portuguesa como comunicação, ou seja, valorização das funções, e níveis da linguagem, regionalismo, diferentes formas de manifestação e veiculação de informações. Práticas de leitura e escrita de tipos e gêneros textuais cuja utilização se efetive em diferentes contextos sociais, com ênfase na paráfrase.			
Referências Básicas			
BAGNO, Marcos. Português ou brasileiro : um convite à pesquisa. 7. ed. São Paulo: Parábola, 2001. BAZERMAN, Charles; DIONISIO, Ângela Paiva; e HOFFNAGEL, Judith C. Gêneros textuais : tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2009. CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação . 4. ed., São Paulo: Atual, 2009. DISCINI, Norma. A comunicação nos textos . São Paulo: Contexto, 2005. FARACO, C. A.; MOURA, F. M. Literatura brasileira . São Paulo: Ática, 2000.			
Referências Complementares			
FERRAREZI JUNIOR, Celso; TELES, Iara Maria. Gramática do brasileiro : uma nova forma de entender a nossa língua. São Paulo: Globo, 2008. ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. A língua que estudamos, a língua que falamos . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. SANTOS, Eberth; MOURA, Josana de. Filosofia & literatura : minimanual de pesquisa. 2. ed. Revisada. Uberlândia/MG: Claranto, 2004.			

Plano de disciplina 2

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Língua Portuguesa e Literatura – 2º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática 00 h	CH Total: 80h	Código:
Objetivo Geral			
Utilizar a língua portuguesa escrita e falada valorizando aspectos gramaticais e manifestações linguísticas cotidianas, regionais, técnicas, profissionais e literárias em diferentes contextos sociais.			
Objetivos Específicos			
a) Ler e redigir textos de diferentes gêneros técnico-profissionais tendo por foco a escrita e a reescrita; b) Comparar textos literários a partir da produção clássica com textos contemporâneos; c) Usar a língua portuguesa enquanto objeto de estudo, isto é, valorizando aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.			
Ementa			
Compreensão da literatura a partir das narrativas e poesias clássicas estabelecendo relação com outros espaços e tempos literários de modo a alcançar os escritos contemporâneos. Estudo da língua portuguesa com foco em aspectos linguísticos: morfológicos sintáticos e semânticos. Práticas de leitura de tipos e escrita de gêneros textuais de utilização em contextos técnicos e profissionais.			
Referências Básicas			
BAGNO, Marcos. Português ou brasileiro: um convite à pesquisa. 7. ed. São Paulo: Parábola, 2001. BAZERMAN, Charles; DIONISIO, Ângela Paiva; e HOFFNAGEL, Judith C. Gêneros textuais: tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2009. CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 4. ed., São Paulo: Atual, 2009. DISCINI, Norma. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005. FARACO, C. A.; MOURA, F. M. Literatura brasileira. São Paulo: Ática, 2000.			
Referências Complementares			
FERRAREZI JUNIOR, Celso; TELES, Iara Maria. Gramática do brasileiro: uma nova forma de entender a nossa língua. São Paulo: Globo, 2008. ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. A língua que estudamos, a língua que falamos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. SANTOS, Eberth; MOURA, Josana de. Filosofia & literatura: minimanual de pesquisa. 2. ed. Revisada. Uberlândia/MG: Claranto, 2004.			

Plano de Disciplina 3

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Língua Portuguesa e Literatura – 3º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática 00 h	CH Total: 80h	Código:
Objetivo Geral			
Utilizar a língua portuguesa escrita e falada valorizando aspectos gramaticais e manifestações linguísticas cotidianas, regionais, técnicas, profissionais e literárias em diferentes contextos sociais.			
Objetivos Específicos			
a) Ler e redigir textos de diferentes gêneros técnico-profissionais tendo por foco a escrita e a reescrita; b) Comparar textos literários a partir da produção clássica com textos contemporâneos; c) Literatura brasileira;			
Ementa			
Compreensão da literatura a partir das narrativas e poesias clássicas estabelecendo relação com outros espaços e tempos literários de modo a alcançar os escritos contemporâneos. Estudo da língua portuguesa com foco em aspectos linguísticos: morfológicos sintáticos e semânticos. Práticas de leitura de tipos e escrita de gêneros textuais de utilização em contextos técnicos e profissionais.			
Referências Básicas			
BAGNO, Marcos. Português ou brasileiro: um convite à pesquisa. 7. ed. São Paulo: Parábola, 2001. BAZERMAN, Charles; DIONISIO, Ângela Paiva; e HOFFNAGEL, Judith C. Gêneros textuais: tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2009. CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 4. ed., São Paulo: Atual, 2009. DISCINI, Norma. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005. FARACO, C. A.; MOURA, F. M. Literatura brasileira. São Paulo: Ática, 2000.			
Referências Complementares			
FERRAREZI JUNIOR, Celso; TELES, Iara Maria. Gramática do brasileiro: uma nova forma de entender a nossa língua. São Paulo: Globo, 2008. ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. A língua que estudamos, a língua que falamos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. SANTOS, Eberth; MOURA, Josana de. Filosofia & literatura: minimanual de pesquisa. 2. ed. Revisada. Uberlândia/MG: Claranto, 2004.			

Plano de Disciplina 4

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Matemática – 1º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática 00 h	CH Total: 80 h	Código:
Objetivo Geral			
Construir conhecimentos matemáticos que capacite o aluno para o acompanhamento das outras disciplinas do Ensino Médio e do grupo de financeiro do Curso Técnico em Administração.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> a) Saber resolver as operações básicas com números naturais, inteiros e racionais; b) Interpretar e solucionar situações problemas aplicado as operações básicas; c) Desenvolver procedimentos de leitura e de interpretação de algumas fórmulas matemáticas mostrando a importância da linguagem algébrica para organizar e simplificar a informação; d) Saber identificar conjuntos e seus elementos; e) Reconhecer os conjuntos numéricos e suas especificidades; f) Mostrar a equação como recurso para aplicação de fórmulas em resoluções de problemas; g) Resolver problemas envolvendo equações do 1º grau; h) Resolver problemas envolvendo equações do 2º grau; 			
Ementa			
Cálculo numérico e algébrico; Conjuntos e Conjuntos Numéricos; Equações do 1º Grau; Sistemas de Duas Equações do 1º Grau; Equações do 2º Grau;			
Referências Básicas			
IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos, funções, volume 1, Edição: 9. ed., Atual, 2013.			
IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: sequências, matrizes, determinantes, sistemas, volume 4, 8. ed. Atual, 2013.			
IEZZI, Gelson, Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva, volume 11, 2. ed., Atual, 2013.			
Referências Complementares			
HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade, volume 5, 8. ed., Atual, 2013.			

Plano de Disciplina 5

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Matemática - 2º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 80 h	Código:
Objetivo Geral			
Construir conhecimentos matemáticos que capacite o aluno para o acompanhamento das outras disciplinas do Ensino Médio e do grupo de financeiro do Curso Técnico em Administração.			
Objetivos Específicos			
a) Utilizar a monotonicidade das funções para resolver em situações-problemas e retratem o crescimento ou decrescimento; b) Identificar os gráficos de funções de 1º e de 2º graus, conhecidos os seus coeficientes; c) Resolver situações-problema que envolva as funções polinomiais do 1º e 2º grau; d) Trabalhar máximos e mínimos de parábolas em diversas situações; e) Desenvolver razão e proporção; f) Aplicar regra de três simples e composta para realização de situações problemas; Trabalhar com a matemática comercial, fazendo cálculos simples de porcentagem e juros.			
Ementa			
Relação e Função; Função Polinomial do 1º. Grau; Função Polinomial do 2º Grau; Razão e Proporção; Regra de Três Simples e Composta; Porcentagem.			
Referências Básicas			
MORETTIN, Pedro Alberto & BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística Básica . São Paulo: 9ª Ed. Saraiva, 2017. FONSECA, Jairo Simon & MARTINS, Gilberto Andrade. Curso de Estatística . São Paulo: 6ª Ed. Atlas, 2011. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 9. Ed. São Paulo: Saraiva. 2011. HALFELD, Mauro. Investimentos . São Paulo: Editora Fundamento, 2007. CERBASI, Gustavo P. Dinheiro, os segredos de Quem Tem . São Paulo: Editora Gente, 2007.			
Referências Complementares			
TOLEDO, Geraldo Luciano & OVALE, Ivo Izidoro. Estatística Básica . São Paulo: 2, ed. Atlas, 2012. IEZZI, Gelson, <i>et al.</i> Fundamentos de Matemática Elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . Vol. 11. São Paulo: 2ª Ed. Atual, 2013. ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . São Paulo: Atlas, 2003. SAYD, João. Dinheiro: Inflação, desemprego, crises financeiras e bancos . São Paulo: Portfolio Penguin, 2015. KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. Pai Rico, Pai Pobre . Rio de Janeiro. Campus, 2000.			

Plano de Disciplina 6

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Matemática - 3º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática 00 h	CH Total: 80 h	Código:
Objetivo Geral			
Permitir que o aluno desenvolva habilidades para resolver problemas que envolvem os conteúdos relacionados à estatística, probabilidade e à matemática financeira e para a aplicação desses conceitos em suas atividades profissionais na área de administração. Além disso, pretende-se incentivar e desenvolver a capacidade de organização, o raciocínio lógico e a criatividade do aluno na resolução de problemas.			
Objetivos Específicos			
a) Entender as técnicas de estatística e probabilidade para descrever, analisar e interpretar dados numéricos de uma população ou amostra; b) Desenvolver e aprimorar o conhecimento para aplicação das técnicas de inferência estatística para o estudo de uma população através de amostras; c) Desenvolver conhecimentos da teoria matemática que dá a base para o cálculo das probabilidades; d) Apresentar a Educação Financeira como ferramenta fundamental na vida de um cidadão e que permeiam a vida de nossa sociedade; e) Entender os principais métodos de análise de investimentos com vistas à escolha das melhores oportunidades de investimento; f) Perceber que as decisões sobre investimentos dos setores público e privado são orientadas por critérios diferentes, decorrentes de distintas visões de mundo. g) Compreender o significado dos termos: inflação, índices de preços e índices de inflação.			
Ementa			
Estatística Descritiva; Probabilidade; Educação Financeira; Matemática Financeira.			
Referências Básicas			
MORETTIN, Pedro Alberto & BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística Básica . São Paulo: 9ª Ed. Saraiva, 2017. FONSECA, Jairo Simon & MARTINS, Gilberto Andrade. Curso de Estatística . São Paulo: 6ª Ed. Atlas, 2011. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 9. Ed. São Paulo: Saraiva. 2011. HALFELD, Mauro. Investimentos . São Paulo: Editora Fundamento, 2007. CERBASI, Gustavo P. Dinheiro, os segredos de Quem Tem . São Paulo: Editora Gente, 2007.			
Referências Complementares			
TOLEDO, Geraldo Luciano & OVALE, Ivo Izidoro. Estatística Básica . São Paulo: 2, ed. Atlas, 2012. IEZZI, Gelson, <i>et al.</i> Fundamentos de Matemática Elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva . Vol. 11. São Paulo: 2ª Ed. Atual, 2013. ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . São Paulo: Atlas, 2003. SAYD, João. Dinheiro, Inflação, desemprego, crises financeiras e bancos . São Paulo: Portfolio Penguin, 2015. KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. Pai Rico, Pai Pobre . Rio de Janeiro. Campus, 2000.			

Plano de Disciplina 7

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)		
Disciplina	Filosofia – 1º Ano		
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Compreender a relação entre as concepções filosóficas e desenvolver a reflexão crítica sobre questões contemporâneas.			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Diferenciar mito, filosofia, senso comum e conhecimento científico; 2. Reconhecer autores de referência e compreender suas teorias; 3. Estabelecer relações entre razão e verdade. 			
Ementa			
Introdução à Filosofia: conceito. Significado da palavra. Mito e Filosofia: distinções e semelhanças. Filosofia da Antiguidade. História da Filosofia: principais autores e seus pensamentos. Contextualização: análise de alguns textos filosóficos. Razão e verdade. Filosofia e educação para a diversidade de sujeitos e suas formas de pensamento.			
Referências Básicas			
<p>ABRAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Iniciação a Filosofia: Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>BOFF, Leonardo. O despertar da águia: o diabólico e o simbólico na construção da realidade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.</p> <p>NICOLA, Ulbano. Antropologia ilustrada de filosofia: das origens à Idade Moderna. São Paulo: Globo, 2008.</p> <p>REZENDE, Antônio (org.). Curso de filosofia, para professores e alunos dos cursos de segundo grau de graduação. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.</p>			
Referências complementares			
<p>BOFF, Leonardo. O despertar da águia: o diabólico e o simbólico na construção da realidade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.</p> <p>NICOLA, Ulbano. Antropologia ilustrada de filosofia: das origens à Idade Moderna. São Paulo: Globo, 2008.</p> <p>REZENDE, Antônio (org.). Curso de filosofia, para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.</p>			

Plano de Disciplina 8

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Arte – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Empregar as linguagens artísticas em contextos de atendimento ao público, gestão e gerenciamento empresarial.			
Objetivos Específicos			
Usar as linguagens as diferentes linguagens artísticas enquanto comunicação; Ver, contextualizar e produzir as diferentes linguagens artísticas em diferentes contextos históricos e culturais com ênfase a gestão de negócios; Prototipar um produto que seja viável a aplicação na área gestão e gerenciamento empresarial.			
Ementa			
Compreensão da história das artes em diferentes épocas e culturas; Funções da Arte; Arte e Comunicação; Cultura popular; Folclore; Design; Cores; Expressividade corporal; Arte e tecnologia.			
Referências Básicas			
IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. História das Artes , 2022. Disponível em: https://www.historiadasartes.com/ Acesso em 29/06/2022. PROENÇA, Graça. Descobrimos a história da arte . 5. ed. São Paulo: Ática, 2000. WELL, Pierre; TOMPAKOW. O Corpo Fala a linguagem silenciosa da comunicação não verbal . 74. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.			
Referências Complementares			
BARBOSA, Ana Mae. (Org.). Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais . São Paulo: Cortez, 2005. _____. A imagem no ensino da Arte: anos oitenta e novos tempos . 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. (Coleção Estudos). BARBOSA, Ana Mae. Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais . São Paulo: Cortez, 2010. OCVIRK, Otto G.; STINSON, Robert E.; WIGG, Philip R.; <i>et all</i> . Fundamentos de Arte . 12. ed. Porto Alegre: AMGH,2014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553765/ . Acesso em: 29/06/ 2022. SANTOS, Jana Cândida Castro; SOUZA, Jéssica Pinto D. História da arte e do design . Porto Alegre: SAGAH,2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026582/ . Acesso em: 29/06/2022.			

Plano de Disciplina 9

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: História – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Construir conhecimentos históricos numa perspectiva crítica.			
Objetivos Específicos			
1. Compreender as formas de organização político-econômicas e histórico- sociais a partir das categorias do trabalho e das noções de desenvolvimento tecnológico e relações de poder; 2. Problematizar processos históricos de mudança e continuidade em perspectiva de longa e curta duração; 3. Reconhecer a participação do negro e indígena na formação da identidade, na construção da história da sociedade brasileira.			
Ementa			
Conceitos elementares da produção do conhecimento histórico: tempo, duração, trabalho, evidência histórica. A Revolução Agrícola. As sociedades da Antiguidade Oriental e Clássica. A África Antiga e Medieval. A Europa do Feudalismo à Modernidade. Conflitos entre as sociedades ameríndias. Escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. A identidade afro-brasileira. Consciência política e histórica da diversidade. A luta política dos povos indígenas no Brasil. História da criação das áreas indígenas; características culturais, socioeconômicas e históricas das etnias nas áreas indígenas em Rondônia. A participação do indígena na economia local e nacional. A América Portuguesa e o Sistema Colonial.			
Referências Básicas			
VAINFAS, Ronaldo; <i>et al.</i> História . 3 vol. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. Olhares da história: Brasil e Mundo . 3 vol. São Paulo: Scipione, 2016.			
Referências complementares			
CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil: um longo caminho . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. LE GOFF, Jacques. História e Memória . Campinas: Editora da Unicamp, 2003. STÉDILE, J.P. A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946- 2003 . São Paulo: Expressão Popular, 2005. HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HOLANDA, S.B. Caminhos e Fronteiras . São Paulo: Companhia das Letras, 1994.			

Plano de Disciplina 10

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: História – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Construir conhecimentos históricos contemporâneos numa perspectiva de compreensão dos feitos da humanidade, no mundo do trabalho.			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender as formas de organização do mundo do trabalho e das noções de desenvolvimento tecnológico e relações de poder; 2. Reconhecer as forças de trabalho ao longo da história; 3. Reconhecer a participação do negro e indígena na formação do trabalho. 4. Identificar as perspectivas do trabalho no Estado de Rondônia. 			
Ementa			
O mundo do trabalho na historiografia social; a questão do trabalho na revolução industrial; as formas de trabalho no Brasil pós-escravista: legislação e repressão; características do trabalhador brasileiro: mercado de trabalho formal e informal; a cultura do trabalho no Brasil contemporâneo. Trabalho e trabalhadores na historiografia brasileira. Historiografia marxista inglesa e a história social do trabalho no Brasil. As perspectivas da História Social do trabalho no Estado de Rondônia.			
Referências Básicas			
<p>ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira. Londrina-PR: UEL, 1997.</p> <p>BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: Historiografia Brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.</p> <p>BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, 12,(23 e 24), pp.111-124, set.1991/ago.1992.</p> <p>DOESWIJK, Andréas. Entre camaleões y cristalizados: los anarco-bolcheviques rioplatenses, 1917-1930. Tese (Doutorado em História) Campinas: UNICAMP-IFCH, 1998 (Mimeo.).</p> <p>FERRERAS, Norberto Osvaldo. Historia e historiografía de las condiciones de la vida obrera em Buenos Aires y Rio de Janeiro. Un analisis comparativo. Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História. Assis: Unesp, V.5, pp.11-32, 1997.</p>			
Referências complementares			



HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Alargando a história da classe operária**: organização, lutas e controle. Remate de Males. Libertários & militantes. Arte, memória e cultura anarquista. Número 5, 1985, pp.96-12.

HOBBSBAWM, Eric J. Qual é o país dos trabalhadores? *In*: HOBBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988(Oficina da história, v.2), pp.89-97.

HOBBSBAWM, Eric J. O fazer-se da classe operária (1870-1914). *In*: HOBBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a história operária. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, (Oficina da história, v.2), pp.273-297.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986

Plano de Disciplina 11

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: História – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Construir conhecimentos históricos numa perspectiva crítica.			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender as formas de organização político-econômicas e histórico- sociais a partir das categorias do trabalho e das noções de desenvolvimento tecnológico e relações de poder; 2. Problematizar processos históricos de mudança e continuidade em perspectiva de longa e curta duração; 3. Reconhecer a participação do negro e indígena na formação da identidade, na construção da história da sociedade brasileira. 			
Ementa			
<p>Revolução Industrial: sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. As Revoluções Liberais e Nacionalistas do Século XVIII e XIX. Os confrontos do Capital Liberal com ele mesmo: imperialismo e o neocolonialismo. A era das catástrofes: o apogeu da crise (1914 –1945). Liberalismo versus socialismo: Revolução Russa. Guerra Fria. Confrontos e conflitos entre socialismo e capitalismo. O fim da Guerra Fria. Neoliberalismo e globalização. Os desdobramentos das Revoluções Liberais e Industrial no Brasil. O liberalismo brasileiro: acomodação e singularismo — o Século XIX. Os Conflitos sociais: urbanos e rurais. A crise do escravismo e o trabalho assalariado. O republicanismo, a crise e o fim da monarquia. República, democracia e trabalho. O operariado brasileiro no contexto da República Oligárquica. A Revolução de 1930: Era Vargas. A redemocratização, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. A democracia brasileira contemporânea no contexto da hegemonia do capital neoliberal e da globalização. Modelos de governo e direitos humanos.</p>			
Referências Básicas			
<p>VAINFAS, Ronaldo; et al. História. 3 vol. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. Olhares da história: Brasil e Mundo. 3 vol. São Paulo: Scipione, 2016.</p>			
Referências complementares			
<p>CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. STÉDILE, J.P. A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946- 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005. HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HOLANDA, S.B. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.</p>			

Plano de Disciplina 12

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Biologia – 1º Ano			
CH Teórica: 32 h	CH Prática 08 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Construir conhecimentos sobre os fenômenos biológicos e as formas de composição e desenvolvimento dos organismos.			
Objetivos Específicos			
Entender o processo de construção do pensamento científico; Identificar células e seus elementos de composição; Compreender os processos de reprodução e desenvolvimento dos animais.			
Ementa			
Método científico; Origem da vida; Bases moleculares da vida; Organização e processos celulares; Metabolismo celular; A diversidade celular dos animais; Reprodução e desenvolvimento; Sistemas constituintes do corpo humano; Anatomia e fisiologia da espécie humana.			
Referências Básicas			
AMABIS, José M.; MARTHO, Gilberto. Biologia . Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2010. LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNADJER, Fernando. Biologia Hoje . São Paulo: Ática, 2007. LOPES, Sônia. Biologia . São Paulo: Saraiva, 2004. FERNANDEZ, Casimiro G., GARCIA, Sônia Maria L. Embriologia . 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. PAULINO, W. R. Biologia Atual . São Paulo: Ática, 2003.			
Referências Complementares			
CHAMPE, Pamela C. Bioquímica Ilustrada . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. EVANGELISTA, José. Alimentos : um estudo abrangente: nutrição, utilização. São Paulo: Atheneu, 2005. MOORE, Keith; PERSAUD, T.V.N.; SHIOTA, Kohei. Atlas Colorido de Embriologia Clínica . 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. NELSON, David L.; COX, Michael M. Princípios da Bioquímica . 4 ed. São Paulo: Sarvier, 2006. NIELSEN, Knut. Fisiologia animal : adaptação e meio ambiente. São Paulo: Santos Livraria Editora. 1996, 5a edição. PESSOA, Oswaldo Frota: Estrutura e Ação . São Paulo: Editora Scipione, 2001. SCHMIDT- SOARES, J. L. Fundamentos de Biologia. São Paulo: Scipione, 2003.			

Plano de Disciplina 13

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)		
Disciplina	Biologia – 3º Ano		
CH Teórica: 32 h	CH Prática 08 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Construir conhecimentos sobre a origem, evolução e dinâmica das espécies e comunidades.			
Objetivos Específicos			
a) Compreender fenômenos de genética e evolução; b) Relacionar os fundamentos da Biologia com a promoção da saúde; c) Reconhecer as dinâmicas das populações e comunidades d) Reconhecer o ser humano como agente e paciente de transformações intencionais por ele reproduzidas no ambiente.			
Ementa			
Sistemática e classificação biológica; Vírus e bactérias; Algas, protozoários e fungos; Diversidade e reprodução das plantas; Desenvolvimento e morfologia das angiospermas; Fisiologia das angiospermas; Introdução ao estudo dos animais; Os principais filos animais; Ecologia; Genética; Leis de Mendel; Biotecnologia; Evolução dos seres vivos.			
Referências Básicas			
AMABIS, J. M. & MARTHO, G. R. Biologia das Populações - 3º ano. 3. ed., São Paulo: Moderna, 2009. AMABIS, J. M. & MARTHO, G. R. Biologia dos Organismos - 2º ano. 3º ed., São Paulo: Moderna, 2009. LINHARES, S.; GEWANDSZNADJER, F. Biologia hoje . Vol.2., São Paulo: Ática, 2002. LOPES, Sônia. Biologia . São Paulo: Saraiva, 2004.			
Referências Complementares			
KOPF-MAIER, Petra. Atlas de Anatomia Humana – parte 1. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. KOPF-MAIER, Petra. Atlas de Anatomia Humana – parte 2. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. PAULINHO, W. R. Biologia Atual . 3. ed. São Paulo: Ática. LOPES, Sônia. Bio . Vols. 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2004. SOARES, J. L. Fundamentos de Biologia . Vols. 1 e 2. São Paulo: Scipione, 2003. PAULINO, W. R. Biologia Atual . São Paulo: Ática, 2003. SOARES, J. L. Fundamentos de Biologia . São Paulo: Scipione, 2003 RAVEN, Peter H. Biologia Vegetal . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. SOARES, J. L. Fundamentos da Biologia . 3. ed. São Paulo: Scipione.			

Plano de Disciplina 14

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Sociologia – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Identificar o meio social vivenciado, através, do estudo científico das concepções teóricas sociológicas.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a importância das relações sociais formais e informais para a estruturação da sociedade. • Compreender a relevância dos estudos sociológicos para apurar o senso crítico. • Analisar as mudanças no mundo do trabalho. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Os Clássicos da Sociologia e suas teorias - Karl Marx, Mais Valia, Émile Durkheim, Solidariedade Mecânica e Orgânica, Max Weber, Ação Social. • Relações Sociais e cidadania- Ética, moral e Relacionamento Interpessoal. • Cultura e Ideologia- Escola de Frankfurt, A globalização e a mídia. A mídia e as comunicações de massa. • Trabalho e sociedade- As transformações no mundo do trabalho e na relação patrão e empregado. 			
Referências Básicas			
ANTUNES, M. T. P (org.). Ética: bibliografia universitária Pearson. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 75. ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2020. SANTOS, M. Espaço do Cidadão. 7. ed, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2013.			
Referências Complementares			
ARAÚJO, Sílvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Ensinar e aprender sociologia. São Paulo: Contexto, 2009. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 4. ed., São Paulo: Moderna, 2010. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. SP: Brasiliense, 2007. MARX, Karl. Manifesto do partido comunista. 1. ed. São Paulo / SP: Expressão Popular, 2008.			

Plano de Disciplina 15

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Língua Estrangeira Moderna – Espanhol – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Desenvolver as quatro habilidades para o uso da língua espanhola – conversação, compreensão oral, leitura e escrita, em nível básico, na perspectiva do mundo do trabalho.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> a) Compreender e produzir mensagens orais e escritas em língua espanhola em nível básico, no setor comercial, com vistas a atender às demandas e expectativas dos clientes com objetividade e cordialidade; b) Esclarecer dúvidas usuais e apresentar as principais informações referentes à região e ao setor em que atua; c) Compreender e produzir gêneros textuais básicos do setor comercial; d) Usar estruturas da língua espanhola em situações comunicativas reais; e) Oferecer aos alunos oportunidades para construção de competências profissionais, na perspectiva do mundo do trabalho. 			
Ementa			
Estudo e prática de situações sociodiscursivas em espanhol voltadas aos negócios e ao comércio em nível básico. Identificação, definição e uso de vocabulário específico a esta área. Desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em espanhol de gêneros discursivos próprios a este campo de atuação profissional. Prática da compreensão e produção oral em espanhol de transações comerciais.			
Referências Básicas			
RODRIGUES, Catalina Fuentes. Guía Práctica de Escritura e Redacción . Madrid. Spasa Libros, 2011. FELICES. Ángel et all. Cultura y Negocios: el español de la economía española y latinoamericana . Madrid. Edinumen. 2001. MARTIN, I.R. Síntesis : curso de lengua española: ensino médio. São Paulo: Ática, 2010. MORENO, Concha. Hablar, escribir y pensar en Español . Madrid. SGEL, 2007. REYES. Graciela. Manual de redacción: como escribir bien en español . Madrid. Arco Libros, 1988.			
Referência Complementare			
VARELA, Soledad (org.). Tácticas de conversación . Madrid. Ediciones SM, 1991. www.rae.es http://coloquial.es/es/diccionario-de-gestos-espanoles/			

Plano de Disciplina 16

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Língua Estrangeira Moderna – Espanhol – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Desenvolver habilidades de escrita de diferentes gêneros textuais.			
Objetivos Específicos			
<ul style="list-style-type: none"> a) Compreender e produzir mensagens escritas e orais e escritas em língua espanhola em nível intermediário, no setor comercial, com vistas a atender às demandas e expectativas dos clientes com objetividade e cordialidade; b) Escrever textos de gêneros narrativos e descritivos; c) Compreender e produzir gêneros textuais básicos do setor comercial; d) Usar estruturas da língua espanhola em situações comunicativas reais. 			
Ementa			
Leitura e escrita de diferentes gêneros textuais narrativos e descritivos.			
Referências Básicas			
RODRIGUES, Catalina Fuentes. Guía Práctica de Escritura e Redacción . Madrid. Spasa Libros, 2011. FELICES. Ángel et all. Cultura y Negocios: el español de la economía española y latinoamericana . Madrid. Edinumen. 2001. MARTIN, I.R. Síntesis: curso de lengua española: ensino médio . São Paulo: Ática, 2010. MORENO, Concha. Hablar, escribir y pensar en Español . Madrid. SGEL, 2007. REYES. Graciela. Manual de redacción: como escribir bien en español . Madrid. Arco Libros, 1988.			
Referência Complementar			
VARELA, Soledad (org.). Tácticas de conversación . Madrid. Ediciones SM, 1991. www.rae.es http://coloquial.es/es/diccionario-de-gestos-espanoles/			

Plano de Disciplina 17

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade EJA			
Disciplina: Língua Estrangeira Moderna – Inglês – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Empregar a língua inglesa em contextos de atendimento ao público, gestão e gerenciamento empresarial.			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none"> 1) Utilizar expressões referentes a atendimento ao público externo, à gestão de pessoas, a compras e vendas de produtos; 2) Ler e compreender textos cujos temas sejam relativos ao eixo gestão e negócios; 3) Nomear produtos específicos de cada linha empresarial, por exemplo, tecnologias, perfumarias, importação e exportação; 5) Conhecer conceitos e aplicá-los na gestão empresarial; 6) Identificar e ou editar currículo profissional da área administrativa. 			
Ementa			
Utilização da língua inglesa com foco na leitura e escrita de textos com temas e vocabulário do eixo gestão e negócios.			
Referências Básicas			
<p>IGREJA, José Roberto A. Fale tudo em inglês nos negócios!: Um Guia Completo de Comunicação Para o Mundo Corporativo. São Paulo: Disal. s/d.</p> <p>SILVA, Amaury Flávio. Inglês prático para administração. 1. ed. São Paulo: Disal. 2019.</p> <p>SOUZA, Adriana Grade Fiori; COSTA, Gisele Cilili da; MELLO, Leonilde Favoreto de; CORRÊA Regina Helena Machado Aquino. Dicionário de Inglês Corporativo. São Paulo: Disal, s/d.</p>			
Referências Complementares			
<p>MURPHY, R. Essential Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.</p> <p>OMAGGIO, H. A. Teaching language in context. 2. ed. Boston, MS: Heinle and Heinle, 1993.</p>			

Plano de Disciplina 18

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Geografia – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.			
Objetivos Específicos			
a) Desenvolver a habilidade de leitura das representações cartográficas; b) Compreender a dinâmica do relevo e as suas formas de configuração e transformação; c) Relacionar produção, comércio, consumo e desenvolvimento econômico no Brasil e do mundo.			
Ementa			
<p>Conceito de espaço geográfico enquanto objeto de estudo da Geografia. As principais categorias de análise da Geografia: território; região; lugar e paisagem. As relações homem-meio. A representação do espaço geográfico, códigos específicos da Geografia: escalas, coordenadas, fuso horário, mapas, gráficos e tabelas e as novas tecnologias aplicadas à Geografia: sensoriamento remoto, geoprocessamento e S.I.G. – Sistema de Informações Geográficas – e G.P.S. – Sistema de Posicionamento Global; O espaço brasileiro: Geológico, Climático, Hidrográfico e Vegetação; Os principais aspectos geográficos (físicos, de localização, históricos, culturais e divisão administrativa) do território de cidadania Madeira-Mamoré. Os setores produtivos da região de Guajará-Mirim. O espaço da produção e da circulação no Brasil: A indústria brasileira. A agricultura e a pecuária brasileira. Comércio e Comunicações no Brasil. A integração do Brasil no espaço globalizado.</p>			
Referências Básicas			
BOLIGIAN, Levon & ALVES, A. Geografia: Espaço e Vivência . São Paulo: Atual. 2010. Vol. 3. FAGUNDES, Francielly Naves. Geografia do Brasil [recurso eletrônico] / [et al.]; revisão técnica: João Delapasse. – Porto Alegre: SAGAH, 2021. MORAES, P. R. Geografia Geral e do Brasil . Harbra. São Paulo, 2006. SENE, E de; MOREIRA, J. C. Geografia para o Ensino Médio . Scipione. São Paulo. 2009.			
Referências Complementares			
ANDRADE, Manuel Correia. Geografia econômica . São Paulo: Ática. 2000. BRASIL– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajara-mirim/historico . GUAJARÁ-MIRIM (RO). Prefeitura . Disponível em: www.guajaramirim.ro.gov.br . Acesso em: 19 jun. 2022. LUCCI, Elian Alabi. Geografia: o homem no espaço global . Ensino Médio. São Paulo: Saraiva. MAGNOLI, Demétrio. ARAUJO, Regina. Geografia: A construção do Mundo: Geral e do Brasil . São Paulo: Moderna. 2005. Vol. Único. MOREIRA, J.C. & SENE, E. Geografia geral e do Brasil – espaço geográfico e globalização . São Paulo: Scipione. 2002. TERRA, Lygia. ARAUJO, Regina. GUIMARÃES, Raul Borges. Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil . São Paulo: Moderna. 2010. Vol.			

Plano de Disciplina 19

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Geografia - 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.			
Objetivos Específicos			
a) Reconhecer as características do espaço urbano brasileiro, relacionando as questões ambientais provenientes da utilização deste espaço; b) Compreender os processos de mundialização dos espaços e a constituição de novas regionalizações; c) Reconhecer a criação e implementação de planos, organizações e blocos econômicos como estratégias de regionalização.			
Ementa			
O espaço urbano no mundo contemporâneo: urbanização contemporânea, desigualdades e segregação espacial, subemprego e submoradia e violência urbana; Rede e hierarquia urbana: a sociedade de consumo, o desenvolvimento tecnológico e as cidades na economia global; As cidades e a urbanização brasileira; Conceitos demográficos. Migrações. A produção do Espaço Geográfico local e global. A globalização e sua ação sobre as transformações espaciais. As relações de produção do Mundo desenvolvido e subdesenvolvido. Geopolítica mundial. A Divisão Internacional do Trabalho e os novos modelos produtivos. A tecnologia e o meio ambiente: criação da sociedade de consumo. Os problemas ambientais da atualidade. Normas ambientais para uso e conservação dos recursos naturais. Meio ambiente no Brasil: origem e evolução do conceito de sustentabilidade. A degradação ambiental na Amazônia brasileira. A questão das águas no Brasil. Problemas Ambientais Urbanos.			
Referências Básicas			
FAGUNDES, Francielly Naves. Geografia do Brasil [recurso eletrônico] / [et al.]; revisão técnica: João Delapasse. – Porto Alegre: SAGAH, 2021. SANTOS, M. A natureza do espaço geográfico: técnica e tempo, razão e emoção . São Paulo: Edusp, 2002. SENE, E de; MOREIRA, J. C. Geografia para o Ensino Médio . Editora Scipione. São Paulo. 2009. VESENTINI, José Willian. Novas Geopolíticas . São Paulo. Editora Contexto, 2011.			
Referências Complementares			
ANDRADE, Manuel Correia. Geografia econômica . São Paulo: Ática. 2000. LUCCI, Elian Alabi. Geografia: o homem no espaço global . Ensino Médio. São Paulo: Saraiva. MAGNOLI, Demétrio. ARAUJO, Regina. Geografia: A construção do Mundo: Geral e do Brasil . São Paulo: Moderna. 2005. Vol. Único. MOREIRA, J.C. & SENE, E. Geografia geral e do Brasil – espaço geográfico e globalização . São Paulo: Scipione. 2002. TERRA, Lygia. ARAUJO, Regina. GUIMARÃES, Raul Borges. Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil . São Paulo: Moderna. 2010. Vol.			

Plano de Disciplina 20

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Química – 1º Ano			
CH Teórica: 32 h	CH Prática 08 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Situar o educando na realidade tecnológica, proporcionando-lhe condições de reconhecer a Química como ciência capaz de fornecer materiais, métodos e processos de transformação, a fim de atender às necessidades da sociedade e ser capaz de desenvolver seu espírito crítico, compreender suas relações com o ambiente natural e social e desta forma, interagir construtivamente com ele.			
Objetivos Específicos			
a) Reconhecer propriedades da matéria, aplicando a tabela periódica; b) Identificar ligações químicas nos elementos do cotidiano; c) Trabalhar com funções, forças e reações em informática.			
Ementa			
Atomística. Tabela Periódica. Ligações Químicas. Funções Inorgânicas. Reações Químicas. Estequiometria.			
Referências Básicas			
SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos (coord.). Química & Sociedade . São Paulo: Nova Geração, 2005. MORTIMER, Eduardo Fleury; MACHADO, Andréia Horta. Química . São Paulo: Scipione, 2011. FELTRE, Ricardo. Química: Química Geral . Vol. 1, 6.ed., São Paulo: Moderna, 2004.			
Referências complementares			
CANTO, Eduardo Leite e PERUZZO, Tito Miragaia. Coleção base química . São Paulo: Moderna, 2000. HESS, Sônia. Experimentos de Química com materiais domésticos . São Paulo: Moderna, 2007. PERUZZO, Francisco M.; CANTO, Eduardo L. Química na abordagem do cotidiano . Vol. 1, 3.ed. São Paulo: Moderna, 2003. ROBAINA, José Vicente Lima. Química através do lúdico, brincando e aprendendo . Canoas: Ulbra, 2008. USBERCO, J.; SALVADOR, E. Química: conceitos básicos . São Paulo: Saraiva, 2001.			

Plano de Disciplina 21

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Química – 2º Ano			
CH Teórica: 32 h	CH Prática 08 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Proporcionar a compreensão da dinâmica da construção do conhecimento químico e a compreensão de que a evolução do conhecimento químico está relacionada a aspectos históricos, econômicos e sociais fundamentado no sistema de aprendizagem baseado no — fazer do aluno, por meio de descobertas.			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar cálculos para identificação de massa, segundo conceitos de Mol; 2. Identificar e formular soluções químicas para a resolução de problemas do cotidiano; 3. Compreender e aplicar princípios relativos a termoquímica, cinética química e equilíbrio químico. 			
Ementa			
Soluções. Propriedades coligativas. Estudos dos gases. Termoquímica. Cinética. Equilíbrio químico. Eletroquímica e radioatividade.			
Referências Básicas			
FELTRE, Ricardo. Química: Físico-Química . Vol. 2, 6. ed., São Paulo: Moderna, 2004. MORTIMER, Eduardo Fleury; MACHADO, Andréia Horta. Química . Vol. 2, São Paulo: Scipione, 2011. SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos (coord.). Química & Sociedade . São Paulo: Nova Geração, 2005.			
Referências complementares			
CANTO, Eduardo Leite; PERUZZO, Tito Miragaia. Coleção Base Química . 3. ed., São Paulo: Moderna, 2003. NOBREGA, Olimpio; SILVA, Eduardo; SILVA, Ruth. Química . São Paulo: Ática. ROBAINA, José Vicente Lima. Química através do lúdico: brincando e aprendendo . Canoas: ULBRA, 2008. USBERCO, J.; SALVADOR, E. Química: conceitos básicos . São Paulo: Saraiva, 2001. PERUZZO, Francisco M.; CANTO, Eduardo L. Química na abordagem do cotidiano . 3 ed. São Paulo, Moderna, 2003. Vol. 2.			

Plano de Disciplina 22

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Física – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Desenvolver a capacidade de investigação física, classificando, organizando, sistematizando e identificando regularidades por meio da observação e estimar ordens de grandeza, compreendendo o conceito de medir, de fazer hipóteses e testar, de forma articulada com o conhecimento físico e de outras áreas do saber científico.			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer a mecânica e o funcionamento do Universo; 2. Aplicar as leis de conservação de energia e dos movimentos em problemas de informática; 3. Resolver problemas de Física aplicados à informática por meio de equações. 			
Ementa			
Mecânica (cinemática, dinâmica, rotações). Energia e Trabalho. Momento e Colisão.			
Referências Básicas			
ALVARENGA, B. MÁXIMO, A. Curso de Física . V.1. São Paulo: Scipione, 2011. BONJORNO, J. R.; BONJORNO, R. A.; RAMOS, C. Física: Mecânica . São Paulo: FTD, 2016. RAMALHO, F.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. T. Os fundamentos da Física 1: Mecânica . 11º ed. São Paulo: Moderna, 2015.			
Referências complementares			
ALVARENGA, B.; MÁXIMO, A.; GUIMARÃES, C. Física: Contexto & Aplicações – 1 Ano – São Paulo : Ed Scipione, Ed. 2, 2017. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; e WALKER, J. Fundamentos da Física . V. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2006. HEWITT, P. G.. Fundamentos da Física Conceitual . Bookman, 2008, Ed.1. MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. Física . V. 1. São Paulo: Ática, 2011. NICOLAU, G. F.; PENTEADO, P. C.; TOLEDO, P.; TORRES, C. M. Física Ciência e Tecnologia . São Paulo: Ed. Moderna, V. 1, 2001. SAMPAIO, J. L., CALÇADA, C. S., Universo da Física . Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2001. SANT'ANNA, B.; MARTINI, G. Conexões com a Física . V.1. São Paulo: Moderna, 2010. TIPLER, P. A. Física: mecânica, oscilações, ondas e termodinâmica . V. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2006.			

Plano de Disciplina 23

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Física – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Familiarizar o estudante com os conceitos fundamentais da Física sob o ponto de vista teórico e prático, desenvolvendo o raciocínio e método de trabalho que inter-relacionem a Física com as demais áreas do conhecimento, transmitindo ao aluno os conceitos de física clássica e contemporânea, valorizando a sua interação com as ciências afins, o mundo tecnológico, os determinantes e as implicações sociais daí decorrentes.			
Objetivos Específicos			
1. Compreender fenômenos térmicos, seus efeitos e a sua aplicabilidade no cotidiano; 2. Desenvolver equações em atividades de ondas.			
Ementa			
Gravitação. Fluidomecânica. Calorimetria e Termodinâmica. Ondulatória.			
Referências Básicas			
ALVARENGA, B. MÁXIMO, A. Curso de Física . V.2. São Paulo: Scipione, 2011. BONJORNO, J. R.; BONJORNO, R. A.; RAMOS, C. Física: Termologia, óptica e ondulatória. São Paulo: FTD, 2016. RAMALHO, F.; FERRARO, N. G.; SOARES, P. A. T. Os fundamentos da Física 2: Termologia, óptica e ondas. 11. ed. São Paulo: Moderna, 2015.			
Referências complementares			
ALVARENGA, B.; MÁXIMO, A.; GUIMARÃES, C. Física: Contexto & Aplicações – 2 Ano – São Paulo: Ed Scipione, Ed. 2, 2017. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; e WALKER, J. Fundamentos da Física . V. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2006. MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. Física . V. 2. São Paulo: Ática, 2011. SAMPAIO, J. L., CALÇADA, C. S., Universo da Física . Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Atual, 2001. SANT'ANNA, B.; MARTINI, G. Conexões com a Física . V.2. São Paulo: Moderna, 2010. TIPLER, P. A. Física: mecânica, oscilações, ondas e termodinâmica . V. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2006.			

Plano de Disciplina 24

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Educação Física – 3º Ano			
CH Teórica: 12 h	CH Prática 68 h	CH Total: 80 h	Código:
Objetivo Geral			
Sistematizar conhecimentos sobre os elementos da cultura corporal do movimento, tendo em vista a saúde.			
Objetivos Específicos			
a) Proporcionar o entendimento das questões conceituais que envolvem a atividade física, esportes, danças, lazer, jogos e saúde para a aquisição de valores corporais; b) Compreender a importância das práticas corporais diversas para manutenção e promoção da saúde; c) Conhecer o sistema locomotor; d) Reconhecer problemas de saúde física decorrentes de má postura ou erros de concussão dos movimentos nas práticas corporais; e) Reconhecer as respostas fisiológicas nas diferentes fases da vida.			
Ementa			
<p>Cultura corporal do movimento: Conhecer e vivenciar os diferentes tipos de práticas da cultura corporal. Orientações gerais para a prática de atividades e exercícios físicos. Conceitos de atividade física, aptidão, saúde e bem-estar. Meio ambiente e pluralidade cultural. Vivências de Atividades lúdicas e recreativas. Saúde e qualidade de vida: Conceito, breve histórico e características da ginástica laboral, ergonomia e desvios posturais. Trabalho e consumo. Fisiologia e educação física: Conceito de Fisiologia e Fisiologia do Exercício. Benefícios fisiológicos da prática de atividade física regular. Respostas fisiológicas nas diferentes fases da vida. Sistema Locomotor: Conceito, características e função do sistema locomotor. Sistema esquelético: função do esqueleto; divisão do sistema esquelético e classificação morfológica dos ossos. Sistema articular: funções, classificações e tipos de articulações. Sistema muscular: funções, classificação, tipos musculares e tipos de contração. Jogos de tabuleiros: Conceito, breve histórico e características dos Jogos de tabuleiro. Importância, possibilidades e limitações da utilização do Jogo como elemento de desenvolvimento e interação do ser humano com o meio natural e social.</p>			
Referências Básicas			
ACSM. Manual da ACSM Para a Aptidão Física Relacionada à Saúde. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006. NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. Londrina: Midiograf, 2003.			
Referências Complementares			
KANPANDJI, I. A. Fisiologia Articular. São Paulo: Manole, 2000. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. DARIDO, S.C.; JÚNIOR, O.M.S. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.			

Plano de Disciplina 25

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional (OPPP) – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Aplicar normas de metodologia científica em trabalhos acadêmicos e instruções de prática profissional na realização do estágio.			
Objetivos Específicos:			
a) Reconhecer a diferença entre conhecimento científico e outros tipos de conhecimento; b) Empregar os princípios e normas de redação técnica e científica; c) Utilizar normas de metodologia científica em produção de projetos, relatórios, artigos e outras formas de apresentação; d) Elaborar planejamentos de atividades e relatórios de acordo com as regulamentações específicas.			
Ementa:			
Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão. Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de estágio. Legislação e operacionalização do estágio.			
Referências Básicas:			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação; referências; elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. LAKATOS, M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas. CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; e SILVA, Roberto da. Metodologia científica . São Paulo: Pearson. FRANZIN, Sergio Francisco Loss. Orientação para prática profissional e pesquisa . Cuiabá – MT: UFMT, 2013. FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico . Porto Alegre: Dáctilo Plus.			
Referências Complementares:			
AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos . São Paulo: Manole. BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 . Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, 2015. ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos . Paraná: Juruá. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa . São Paulo: Atlas, Ed. 03 MATTAR, J. e MATTAR NEGO, J. A. Metodologia científica na era da informática . São Paulo: Saraiva, Ed. Recente. OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica . Ed. 3. Rio de Janeiro: Vozes. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Cortez.			

Plano de Disciplina 26

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Empreendedorismo – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Desenvolver a capacidade empreendedora e de inovação por meio de conhecimento de técnicas administrativas.			
Objetivos Específicos:			
a) Compreender os comportamentos que compõem o perfil empreendedor a partir das discussões em sala de aula e da reflexão sobre si mesmo; b) Fomentar práticas inovadoras para geração de produtos e serviços; c) Conhecer as dimensões dentro da empresa onde se pode inovar.			
Ementa:			
O processo empreendedor. Empreendedores independentes. Empreendedorismo interno. Identificação de oportunidades. O processo de inovação tecnológica.			
Referências Básicas:			
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo - Transformando Ideias em Negócios . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. TIGRE, P. B. Gestão da Inovação . 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier: 2014.			
Referências Complementares:			
BATEMAN, Thomas S. Administração . 2. ed. Porto Alegre: McGraw Hill/Artmed, 2012. CARVALHO, A. D. de. Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica . São Paulo: Baraúna, 2011. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . São Paulo: Saraiva, 2012. DAHER, E. Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional . Londrina: Eduel, 2013. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios . 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.			

Plano de Disciplina 27

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Empreendedorismo – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Elaborar Planos de Negócios			
Objetivos Específicos:			
a) Analisar e desenvolver, de forma básica, os principais elementos de um plano de negócios: Análise de Mercado, Marketing e Vendas, Operações, Finanças e Estratégia b) Conhecer os conceitos e ferramentas básicas de marketing			
Ementa:			
O plano de negócios. Conceito e histórico do marketing; o ciclo do marketing na história; a orientação, o ambiente e as estratégias de marketing; o marketing empresarial e seu ambiente; o marketing e o consumidor; segmentação de mercado			
Referências Básicas:			
CECCONELLO, Antonio Renato; AJZENTAL, Adalberto. Construção do Plano de Negócios . Editora: Saraiva: 2007. COBRA, M. Administração de marketing no Brasil . 4. Ed. Amsterdã: Elsevier, 2015. LIMA, A. B. M. Guia Prático das Novas Ferramentas Comerciais . Porto Alegre: Bookman, 2015. SOUZA, F. A. M. Os 50 Mandamentos do Marketing . São Paulo: M. Books, 2015.			
Referências Complementares:			
DAHER, E. Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional . Londrina: Eduel, 2013. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. BOONE, L. E.; KURTZ, D. L. Marketing Contemporâneo . São Paulo: Cengage Learning, 2008. CHURCHILL JR, G.; PETER, J. P. Marketing: criando valor para os clientes . 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. HARVARD, Marketing e Vendas . Cabreúva: Alta Books, 2010. ROCHA, M. Marketing Estratégico . São Paulo: Saraiva, 2015. SOUZA, F. A. M. Marketing Trends 2017 . São Paulo: M. Books, 2016.			

Plano de Disciplina 28

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Informática Aplicada – 1º Ano			
CH Teórica: 08 h	CH Prática: 32 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Aprender uso dos recursos básicos do computador e Sistema Operacional (SO), e Introdução à Editor de Apresentação de Conteúdo.			
Objetivos Específicos			
a) Conhecer os principais conceitos sobre <i>hardware</i> , <i>software</i> e <i>peopleware</i> , também, inclui: manipulação de arquivos (criar, salvar, copiar/colar, mover/recortar, nomear/renomar, compactar/descompactar, etc.) e pastas; <i>downloads</i> , reprodução de vídeos e músicas; configuração de dispositivos, e Introdução à Digitação; mídias de armazenamento de dados; b) Editar apresentação básica de conteúdo por meio de Editor de Apresentação de Conteúdo.			
Ementa			
Conceitos Básicos: <i>Hardware</i> , <i>Software</i> e Usuário/ <i>Peopleware</i> . Uso do Computador: iniciando e desligando o SO, Área de trabalho, Ícones, barra de tarefas, janelas, manipulando arquivos e pastas, meu computador, gerenciador de tarefas, <i>interface</i> gráfica, Lixeira do SO, manipulando mídias, configuração de impressoras e <i>bluetooth</i> , teclas de atalho, Introdução à digitação. Editor de Apresentação de Conteúdo: conceitos, e apresentações básicas.			
Referências Básicas			
BARNIVIERA, Rodolfo; OLIVEIRA, Eder Diego de. Introdução à Informática . 1 ed. Editora: Livro Técnico, 2012. MANZANO, A. L. N. G. e MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de informática básica . São Paulo: Érica, 2007. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. RIMOLI, Monica A.; SILVA, Yara Regina. Power Point 2010 . 1. ed. São Paulo: Komedi, 2012.			
Referências Complementares			
MONTEIRO, Mario A. Introdução à Organização de Computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. MORIMOTO, Carlos Eduardo. Hardware PC: guia de aprendizagem rápida . 3. ed. (s.l.): Book Express, 2004. ISSA, Najet M. K. Iskandar. Word 2016 . 1. ed. São Paulo: Senac, 2016.			

Plano de Disciplina 29

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Informática Aplicada – 3º Ano			
CH Teórica: 08 h	CH Prática: 32 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Conhecer as principais funcionalidades de diferentes tipos de sistemas de informação utilizados na administração e em suas subáreas			
Objetivos Específicos			
a) Diferenciar os principais sistemas gerenciais (SIG, SAP, SAAS e ERP). b) Apresentar as principais funcionalidades utilizados em sistemas de informação aplicados a administração. c) Demonstrar diferente tipos de relatórios que podem ser elaborados pelos sistemas gerenciais (SIG, SAP, SAAS e ERP).			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Definições dos sistemas de informação: <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Informações Gerenciais – SIG. - Sistema de Gestão Empresarial – SAP. - Software como Serviço – SAAS. - Sistema de Gerenciamento de Recursos Empresariais – ERP. • Tipos de Sistemas de Informação: <ul style="list-style-type: none"> - Níveis de Sistemas. • A apresentação e o manuseio prático de métodos, procedimentos e técnicas para a utilização dos Sistemas de Informação categorizados nos subsistemas apresentados. • Elaboração e apresentação de Relatórios Gerenciais emitidos pelos sistemas estudados. • Inovações Tecnológicas: <ul style="list-style-type: none"> - Tendências de mercado. - Futuro dos sistemas. 			
Referências Básicas			
BATISTA, Emerson O. Sistemas de informação: o uso de consciente da tecnologia para o gerenciamento. 1.ed.. São Paulo: Saraiva, 2006. 282 p. POTTER, Richard E.; RAINER R. Kelly; TURBAN, Efraim. Introdução a sistemas de informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. REYNOLDS, George W.; RALPH, M. Stair. Princípios de sistemas de informação. 9. ed. Rio de Janeiro: Pioneira, 2011.			
Referências Complementares			
AAKER, D. A.; Kumar, V.; Day, G. S. Pesquisa de Marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas 2010. LAUDON, K. C. e LAUDON, J. P. Sistemas de informações gerenciais. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. MALHOTRA, N. K. Pesquisa de Marketing. Porto Alegre: Bookman, 2001, 4.ed. MATTAR, F. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2001. O'BRIEN, J. A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. São Paulo: Saraiva, 2006. MACHADO, Carlos José Saldanha. Tecnologia, meio ambiente e sociedade. Rio de Janeiro: E-PAPERS, 2004.			

Plano de Disciplina 30

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Fundamentos da Administração – 1º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática: 00h	CH Total: 80 h	Código:
Objetivo Geral:			
Conhecer as funções e abordagens de algumas teorias administrativas e sua evolução, bem como as técnicas administrativas de aplicação e adaptação da administração para o desenvolvimento no trabalho e na vida.			
Objetivos Específicos:			
a) Compreender o conceito e a importância da administração para a sociedade, para as empresas e para a vida pessoal; b) Distinguir as principais teorias administrativas e suas contribuições; c) Reconhecer a forma conceitual das estruturas organizacionais existentes nas empresas; d) Descrever as funções do administrador e as funções existentes na empresa; e) Diferenciar os tipos de habilidades do administrador; f) Estabelecer relação entre motivação, relações humanas e liderança no ambiente de trabalho; g) Diferenciar centralização e descentralização; h) Relacionar noções de qualidade e mudança organizacional na empresa.			
Ementa:			
Teorias da administração. Funções e habilidades do administrador. Empresa e estruturas organizacionais. Fundamentos de gestão de pessoas.			
Referências Básicas:			
CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração . 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. MAXIMIANO, A. C. A. Fundamentos da Administração : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007. ANDRADE, Rui. Teoria Geral da Administração . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 9788595153806. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595153806/ . Acesso em: 09 dez. 2021.			
Referências Complementares:			
ARAUJO, L. C. G.; GARCIA, A. A. Teoria Geral da Administração : Orientação para Escolha de um Caminho Profissional. São Paulo: Atlas, 2010. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. MOTTA, F. C. P. Teoria geral da administração . 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. OLIVEIRA, O. J. Gestão Empresarial : Sistemas e Ferramentas. São Paulo: Atlas, 2007. SANTOS, R. C. Manual de Gestão Empresarial : conceitos e aplicações nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2007.			

Plano de Disciplina 31

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Logística – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 0	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Desenvolver os conhecimentos e habilidades acerca da gestão da cadeia de suprimentos.			
Objetivos Específicos:			
a) Conhecer a importância dos processos logísticos na atividade empresarial; b) Avaliar a participação da logística nos custos e resultados financeiros de uma empresa; c) Desenvolver um conjunto de técnicas que permitam melhorar a eficiência na administração logística.			
Ementa:			
Logística: função, visão, histórico e tendências. Fundamentos de logística. Noções básicas da administração de estoque, armazenagem e controle. Distribuição e transporte. Tipos de modal. Recursos materiais e patrimoniais.			
Referências Básicas:			
ALT, P. R. C.; MARTINS, P. G. Administração de Materiais e recursos Patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. CAXITO, F. Logística: um Enfoque Prático . 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. DIAS, M. A. Introdução à Logística: Fundamentos, Práticas e Integração . São Paulo: Atlas, 2016. NOGUEIRA, A. S. Logística Empresarial: um Guia Prático de Operações Logísticas . São Paulo: Atlas, 2018. SILVA, A. F. Fundamentos de Logística . Curitiba: LT, 2012.			
Referências Complementares:			
BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/ logística empresarial . 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. CASTIGLIONI, J. A. M. Logística Operacional: Guia Prático . 2. ed. São Paulo: Érica, 2009. FERNANDES, K. S. Logística: Fundamentos e Processos . Edição Digital. Curitiba: IESDE, 2008. FRANCO JÚNIOR, C. F. Administração Moderna . São Paulo: Saraiva, 2018. MAXIMIANO, A. C. A. Fundamentos da Administração: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais . São Paulo: Atlas, 2007.			

Plano de Disciplina 32

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Arquivologia – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Oferecer informações básicas e práticas na organização de arquivos de forma a facilitar a recuperação e a conservação da informação.			
Objetivos Específicos:			
a) Conhecer e saber organizar a rotina administrativa: arquivamento de documentos, solicitação de informações, elaboração, emissão e conferência de documentos; b) Selecionar, organizar, classificar e arquivar documentos.			
Ementa:			
Conceito de arquivística. Arquivo: conceito, objetivos, funções, classificação. Tipos de documentos. Terminologia arquivística. Pessoal: preparo e aptidões. Equipamentos, sistemas e métodos de arquivamento. Seleção, empréstimos e reprodução de documentos. Rotina de arquivamento. Planejamento de um arquivo. Temas Transversais.			
Referências Básicas:			
PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática . 2004. OGDEN, Sheryln <i>et al.</i> Emergência com pragas em arquivos e bibliotecas. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2ª Edição. 2001. Disponível em: < http://www.arqsp.org.br/cpba/pdf_cadtec/26_%2029.pdf >. Acesso: 29/06/2022. BECK, Ingrid (Coord.). Administração de emergências . Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.			
Referências Complementares:			
BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República . Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. CASSARES, Norma Caianflone. Como fazer conservação preventiva em arquivo e bibliotecas . São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: < http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colectao_como_fazer/cf5.pdf >. Acesso: 20/06/2022. BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991 . Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: 1991.			

Plano de Disciplina 33

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Legislação Trabalhista Tributária e Empresarial – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Desenvolver visão prática-reflexiva das relações trabalhistas, de tributação e de cunho empresarial dentro do contexto brasileiro.			
Objetivos Específicos:			
a) Visualizar a relação empregatícia como um todo, de modo a compreender e cumprir corretamente com os preceitos da legislação trabalhista.			
Ementa:			
Noções de Direito do Trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).			
Referências Básicas:			
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho – De Acordo com a Reforma Trabalhista e a MP808/2017 . 15. Ed. São Paulo: Editora Método, 2018. FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito Tributário . 25. Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015. FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito Comercial (Empresarial) . 45. Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.			
Referências Complementares:			
FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito do Trabalho . 26. Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2016. JR. PENANTE, Francisco. Direito Empresarial . 3. Ed. São Paulo: Resumos para Concursos, 2018. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado . 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito do Trabalho . 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. PAULSEN, Leandro; MINARDI, Josiani. Resumo de Direito Tributário . 1. Ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2016.			

Plano de Disciplina 34

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Legislação Trabalhista Tributária e Empresarial – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Desenvolver visão prática-reflexiva das relações trabalhistas, de tributação e de cunho empresarial dentro do contexto brasileiro.			
Objetivos Específicos:			
a) Identificar e compreender o fenômeno tributário e suas finalidades; e b) Conhecer o funcionamento e normas referentes ao empresário, às empresas e à organização da atividade econômica empresarial.			
Ementa:			
Noções de Direito Tributário. Código Tributário Nacional. Espécies de Tributo. Competências Tributárias. Noções de Direito Empresarial. Sociedades empresariais. Falência. Direito do Consumidor			
Referências Básicas:			
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho – De Acordo com a Reforma Trabalhista e a MP808/2017 . 15. Ed. São Paulo: Editora Método, 2018. FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito Tributário . 25. Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015. FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito Comercial (Empresarial) . 45. Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.			
Referências Complementares:			
FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito do Trabalho . 26. Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2016. JR. PENANTE, Francisco. Direito Empresarial . 3. Ed. São Paulo: Resumos para Concursos, 2018. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado . 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito do Trabalho . 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. PAULSEN, Leandro; MINARDI, Josiani. Resumo de Direito Tributário . 1. Ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2016.			

Plano de Disciplina 35

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Economia – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Assimilar os fundamentos teóricos da economia, ressaltando as relações entre as teorias econômicas e os instrumentos operacionais da economia aplicada.			
Objetivos Específicos:			
a) Analisar os fundamentos teóricos da economia: conceitos, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais;			
b) Compreender o fluxo circular da atividade econômica e os instrumentos da política econômica;			
Ementa:			
Fundamentos de economia: conceito, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais. Fluxos da atividade econômica.			
Referências Básicas:			
<p>VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>GONÇALVES, A. C. P. et al. (Orgs.). Economia Aplicada. 9. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2013.</p> <p>JUNIOR, R. T.; VASCONCELLOS, M. A.; SAKURAI, S. Economia Fácil. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>SANTOS, F. R. Fundamentos de Economia. Cuiabá: UFMT, 2013.</p> <p>SOWELL, T. Economia Básica: um guia de economia voltado ao senso comum. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.</p>			
Referências Complementares:			
<p>LANZANA, A. E. Economia Brasileira: fundamentos e atualidade. 4. ed. SP: Atlas, 2010.</p> <p>BRITO, O. Guia Prático de Economia e Finanças. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>GONÇALVES, C. E. S.; GIOVANNETTI, B. C. Economia na Palma da Mão. São José dos Campos: Benvirá, 2015.</p> <p>ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia: Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>SCHLESINGER, G.; WHEELAN, C. Economia: o que é, para que serve, como funciona. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.</p>			

Plano de Disciplina 36

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Economia – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Assimilar os fundamentos teóricos da economia, ressaltando as relações entre as teorias econômicas e os instrumentos operacionais da economia aplicada.			
Objetivos Específicos:			
a) Explicitar e exemplificar as estruturas de mercado; b) Distinguir curva de procura, curva de oferta, preço e equilíbrio de mercado; c) Discutir os aspectos básicos do balanço de pagamentos; d) Analisar conceitos de micro e macroeconomia.			
Ementa:			
Estruturas de mercado. Curva de procura. Curva de oferta. Preço de equilíbrio de mercado. Noções de macroeconomia.			
Referências Básicas:			
VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia . São Paulo: Saraiva, 2018. VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: micro e macro . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. GONÇALVES, A. C. P. et al. (Orgs.). Economia Aplicada . 9. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2013. JUNIOR, R. T.; VASCONCELLOS, M. A.; SAKURAI, S. Economia Fácil . São Paulo: Saraiva, 2015. SANTOS, F. R. Fundamentos de Economia . Cuiabá: UFMT, 2013. SOWELL, T. Economia Básica: um guia de economia voltado ao senso comum . Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.			
Referências Complementares:			
LANZANA, A. E. Economia Brasileira: fundamentos e atualidade . 4. ed. SP: Atlas, 2010. BRITO, O. Guia Prático de Economia e Finanças . São Paulo: Saraiva, 2016. GONÇALVES, C. E. S.; GIOVANNETTI, B. C. Economia na Palma da Mão . São José dos Campos: Benvirá, 2015. ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia: Livro de Exercícios . São Paulo: Atlas, 2012. SCHLESINGER, G.; WHEELAN, C. Economia: o que é, para que serve, como funciona . Rio de Janeiro: Zahar, 2018.			

Plano de Disciplina 37

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Gestão Pública – 2º Ano			
CH Teórica: 80 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 80 h	Código:
Objetivo Geral:			
Compreender sobre a atuação do técnico administrativo em órgãos, entidades e fundações públicas.			
Objetivos Específicos:			
a) Compreender o conceito de gestão pública, suas especificidades e evolução ao longo do tempo; b) Conhecer os princípios administrativos; c) Conhecer as funções públicas. d) Compreender as diferenças entre o setor público e privado.			
Ementa:			
Fundamentos da Gestão Pública. Cenário da Gestão Pública Atual. Princípios da Administração Pública. Grandes Áreas e Funções da Administração Pública. Burocracia na Gestão Pública. Gestão Pública Inovadora.			
Referências Básicas:			
PEREIRA, José Matias. Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018. PEREIRA, José Matias. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.			
Referências Complementares:			
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Administração Pública, Concessões e Terceiro Setor. 3. ed. São Paulo: Método, 2015. PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. Rio de			

Plano de Disciplina 38

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Saúde e Segurança no Trabalho – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Preparar para o exercício seguro da profissão.			
Objetivos Específicos			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer as principais teorias e medidas para prevenção de agravos à saúde e acidentes de trabalho; 2. Conhecer os benefícios do trabalhador com agravos à saúde em decorrência do trabalho ou vítima de acidentes. 			
Ementa			
Acidentes de Trabalho. Benefícios acidentários. Teorias dos acidentes de trabalho. Equipamentos de proteção individual. Prevenção de acidentes. Lesões por movimento repetitivo. Prevenção de riscos à visão. Ergonomia.			
Referências Básicas			
BARBOSA, Adriano Aurélio Ribeiro. Segurança do trabalho . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2011. MIGUEL, Alberto Sérgio S. R. Manual de higiene e segurança do trabalho . 12. ed. Portugal: Porto Editora, 2012. CORINGA, Josias do Espírito Santo. Biossegurança . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.			
Referências complementares			
BRASIL. Presidente, 1995 – (F. H. Cardoso). Direitos humanos: Novo nome da liberdade e da democracia. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 1995. BRASIL. SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94 . Brasília: Senado Federal, 2011. CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia . 8.ed. Minas Gerais: INDG Tecnologia e Serviços, 2004. MORITA, Tokio; ASSUMPCÃO, Rosely Maria Viegas. Manual de soluções, reagentes e solventes: Padronização, preparação, purificação, indicadores de segurança, descarte de produtos químicos . 2.ed. São Paulo: Blucher, 2011.			

Plano de Disciplina 39

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Planejamento Estratégico – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Compreender estratégias organizacionais, sua formulação, tipologia e seu relacionamento com a competitividade, utilizando técnicas e ferramentas como planejamento estratégico para saber implementar ações no setor empresarial.			
Objetivos Específicos:			
a) Conhecer a origem da estratégia; b) Entender o processo de competitividade empresarial; c) Compreender estratégia e posicionamento estratégico;			
Ementa:			
Origem da estratégia. Estudo da competitividade. Estratégia e posicionamento competitivo.			
Referências Básicas:			
ANDRADE, A. R. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2016. CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações . 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. CRUZ, T. Manual de Planejamento Estratégico: Ferramentas para Desenvolver, Executar e Aplicar . São Paulo: Atlas, 2017. MORAIS, F. Planejamento Estratégico Digital . São Paulo: Saraiva, 2015. OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas . 34. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
Referências Complementares:			
ALMEIDA, M. I. Manual de Planejamento Estratégico . 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. LUCENA, M. D. S. Planejamento Estratégico de Recursos Humanos . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. PEREIRA, M. F.; NEIS, D. Planejamento Estratégico . São Paulo: Atlas, 2015. PEREIRA, M. R.; RIZZATTI, G. Planejamento Estratégico: A Contribuição da Liderança Organizacional . São Paulo: Atlas, 2015. SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. Administração e Planejamento Estratégico . Curitiba: Intersaberes, 2012.			

Plano de Disciplina 40

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Planejamento Estratégico – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Compreender estratégias organizacionais, sua formulação, tipologia e seu relacionamento com a competitividade, utilizando técnicas e ferramentas como planejamento estratégico para saber implementar ações no setor empresarial.			
Objetivos Específicos:			
a) Distinguir estratégias: planejamento estratégico, administração estratégica e pensamento estratégico; b) Analisar o processo de planejamento estratégico; c) Identificar os métodos de avaliação e controle do planejamento estratégico;			
Ementa:			
Formulação estratégica: planejamento estratégico, administração estratégica e pensamento estratégico. O processo de planejamento estratégico. Métodos de avaliação e controle.			
Referências Básicas:			
ANDRADE, A. R. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2016. CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações . 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. CRUZ, T. Manual de Planejamento Estratégico: Ferramentas para Desenvolver, Executar e Aplicar . São Paulo: Atlas, 2017. MORAIS, F. Planejamento Estratégico Digital . São Paulo: Saraiva, 2015. OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas . 34. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
Referências Complementares:			
ALMEIDA, M. I. Manual de Planejamento Estratégico . 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. LUCENA, M. D. S. Planejamento Estratégico de Recursos Humanos . 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. PEREIRA, M. F.; NEIS, D. Planejamento Estratégico . São Paulo: Atlas, 2015. PEREIRA, M. R.; RIZZATTI, G. Planejamento Estratégico: A Contribuição da Liderança Organizacional . São Paulo: Atlas, 2015. SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. Administração e Planejamento Estratégico . Curitiba: Intersaberes, 2012.			

Plano de Disciplina 41

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Gestão da Qualidade – 1ºAno			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Identificar os principais fatores influentes na gestão da qualidade de produtos e serviços, num ambiente empresarial voltado para gestão a excelência.			
Objetivos Específicos			
a) Identificar, por meio de técnicas de gestão da qualidade, oportunidades de melhoria de processos;			
Ementa			
Histórico. Conceitos. Organização para qualidade. Programas de melhoria da qualidade. Certificações.			
Referências Básicas			
<p>ANDREOLI, T. P.; BASTOS, L. T. Gestão da Qualidade: melhoria contínua e busca pela Excelência. Curitiba: Intersaberes, 2017.</p> <p>CARPINETTI, L. C. R.; GEROLAMO, M. C. Gestão da Qualidade ISO 9001: 2015. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>LOBO, R. N.; SILVA, D. L. Gestão da Qualidade: Diretrizes, Ferramentas, Métodos e Normatização. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>TOLEDO, J. C.; BORRÁS, M. Á. A.; MERGULHÃO, R. C. Qualidade: Gestão e Métodos. São Paulo: LTC, 2012.</p>			
Referências complementares			
<p>ABRANTES, J. Gestão da Qualidade. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.</p> <p>BRAVO, I. Gestão de Qualidade em Tempos de Mudanças. 3 Ed. São Paulo: Alínea, 2010.</p> <p>PALADINI, E. P. Gestão Estratégica da Qualidade: Princípios, Métodos e Processos. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>PREEDY, M.; GLATTER, R.; LEVACIC, R. Gestão em Educação: Estratégia, Qualidade e Recursos. São Paulo: Penso, 2006.</p> <p>BUENO, J. T. Gestão da qualidade. Ed. Digital. São Paulo: Senac, 2017.</p>			

Plano de Disciplina 42

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Gestão da Qualidade – 2ºAno			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral			
Identificar os principais fatores influentes na gestão da qualidade de produtos e serviços, num ambiente empresarial voltado para gestão a excelência.			
Objetivos Específicos			
a) Conhecer os ciclos da qualidade e suas aplicações; b) Entender o conceito de melhoria contínua e disseminar tal prática nas organizações			
Ementa			
Sistemas de gestão pela qualidade total. 5 S. PDCA. Ferramentas da qualidade. Produtividade. Padronização. Normatização.			
Referências Básicas			
ANDREOLI, T. P.; BASTOS, L. T. Gestão da Qualidade: melhoria contínua e busca pela Excelência. Curitiba: Intersaberes, 2017. CARPINETTI, L. C. R.; GEROLAMO, M. C. Gestão da Qualidade ISO 9001: 2015. São Paulo: Atlas, 2016. LOBO, R. N.; SILVA, D. L. Gestão da Qualidade: Diretrizes, Ferramentas, Métodos e Normatização. São Paulo: Érica, 2014. PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. TOLEDO, J. C.; BORRÁS, M. Á. A.; MERGULHÃO, R. C. Qualidade: Gestão e Métodos. São Paulo: LTC, 2012.			
Referências complementares			
ABRANTES, J. Gestão da Qualidade. Rio de Janeiro: Interciência, 2009. BRAVO, I. Gestão de Qualidade em Tempos de Mudanças. 3 Ed. São Paulo: Alínea, 2010. PALADINI, E. P. Gestão Estratégica da Qualidade: Princípios, Métodos e Processos. São Paulo: Atlas, 2009. PREEDY, M.; GLATTER, R.; LEVACIC, R. Gestão em Educação: Estratégia, Qualidade e Recursos. São Paulo: Penso, 2006. BUENO, J. T. Gestão da qualidade. Ed. Digital. São Paulo: Senac, 2017.			

Plano de Disciplina 43

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Administração da Produção – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Adquirir uma visão integrada e estratégica sobre as ações que visem à melhoria do processo de administração da produção da organização.			
Objetivos Específicos:			
a) Compreender o conceito de administração da produção, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo.			
Ementa:			
Evolução dos sistemas de administração da produção. Produtos e serviços. Sistemas de produção.			
Referências Básicas:			
<p>CORRÊA, H. L. CORRÊA, C. A. Administração de Produção e Operações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da Produção. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>MARTINS, P. G. Administração da Produção Fácil. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>POZO, H. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>SLACK, N.; JOHNSTON, R.; BRANDON-JONES, A. Administração da Produção. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p>			
Referências Complementares:			
<p>BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p> <p>CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N.; CAON, M. Planejamento, Programação e Controle da Produção. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>JACOBS, F. R. Administração da Produção e de Operações: O essencial. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>LÉLIS, E. C. Administração da Produção. São Paulo: Pearson Education, 2012.</p> <p>MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>			

Plano de Disciplina 44

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Administração da Produção – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Adquirir uma visão integrada e estratégica sobre as ações que visem à melhoria do processo de administração da produção da organização.			
Objetivos Específicos:			
a) Conhecer o ciclo da produção e suas ferramentas e aplicações; b) Identificar métodos que levem à eficácia e à eficiência na administração da produção.			
Ementa:			
Planejamento, programação e controle da produção. Administração de materiais. Traçado do sistema de produção.			
Referências Básicas:			
CORRÊA, H. L. CORRÊA, C. A. Administração de Produção e Operações . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. Administração da Produção . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. MARTINS, P. G. Administração da Produção Fácil . São Paulo: Saraiva, 2012. POZO, H. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016. SLACK, N.; JOHNSTON, R.; BRANDON-JONES, A. Administração da Produção . 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
Referências Complementares:			
BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N.; CAON, M. Planejamento, Programação e Controle da Produção . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. JACOBS, F. R. Administração da Produção e de Operações: O essencial . Porto Alegre: Bookman, 2009. LÉLIS, E. C. Administração da Produção . São Paulo: Pearson Education, 2012. MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.			

Plano de Disciplina 45

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Contabilidade Básica – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Compreender os principais métodos utilizados pela ciência contábil para produzir informações, bem como compreender a estrutura das principais demonstrações financeiras.			
Objetivos Específicos:			
a) Conhecer a história e os fundamentos da ciência contábil; b) Inteirar-se e aplicar os principais métodos utilizados pela contabilidade para gerar informações; c) Aprender e interpretar as principais demonstrações financeiras; d) Entender o que é patrimônio e sua representação gráfica na Contabilidade;			
Ementa:			
Conceito, objetivo e finalidade. Representação gráfica do patrimônio.			
Referências Básicas:			
BACINELLO, Edilson; BOM FIM, Jaqueline Pedroski. Contabilidade Geral . UFMT, 2013. BÄCHTOLD, Ciro. Contabilidade Básica. IFPR, 2011. BOM FIM, Jaqueline Pedroski. Contabilidade Geral . 1. ed. Cuiabá, UFMT, 2013. MARION, José Carlos. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 2009.			
Referências Complementares:			
CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral . São Paulo: Atlas, 2009. IUDÍCIBUS, Sergio de; et al. Contabilidade Introdutória . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006. IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não contadores: paraas áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto) . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 2008.			

Plano de Disciplina 46

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Contabilidade Básica – 3º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Compreender os principais métodos utilizados pela ciência contábil para produzir informações, bem como compreender a estrutura das principais demonstrações financeiras.			
Objetivos Específicos:			
a) Diferenciar as contas e o plano de contas; b) Compreender conceito de Escrituração Contábil; c) Assimilar e aplicar as Demonstrações contábeis.			
Ementa:			
Contas patrimoniais e de resultados. Métodos de escrituração. Demonstrações contábeis.			
Referências Básicas:			
BACINELLO, Edilson; BOM FIM, Jaqueline Pedroski. Contabilidade Geral . UFMT, 2013. BÄCHTOLD, Ciro. Contabilidade Básica. IFPR, 2011. BOM FIM, Jaqueline Pedroski. Contabilidade Geral . 1. ed. Cuiabá, UFMT, 2013. MARION, José Carlos. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 2009.			
Referências Complementares:			
CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral . São Paulo: Atlas, 2009. IUDÍCIBUS, Sergio de; et al. Contabilidade Introdutória . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006. IUDÍCIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não contadores: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica . São Paulo: Atlas, 2008.			
Referências Complementares:			
RIBEIRO, A. L. Gestão de Pessoas . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro . 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.			

Plano de Disciplina 47

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Gestão de Pessoas – 1º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Conhecer técnicas e processos de gestão de pessoas, bem como os aspectos relacionados ao comportamento humano nos ambientes organizacionais, com finalidade de promover a organização administrativa de empresas e obter resultados.			
Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> a) Compreender os fundamentos de Gestão de Pessoas na administração; b) Conceituar Gestão de Pessoas e seus elementos; c) Conhecer técnicas de recrutamento e seleção de pessoas; d) Demonstrar maneiras de desenvolvimento e treinamento de pessoas; e) Aplicar métodos de Avaliação de desempenho. 			
Ementa:			
Conceitos e processos de gestão de Pessoas. Recrutamento e seleção de pessoas. Desenvolvimento e treinamento de pessoal. Rotinas de pessoal. Remuneração. Programas de incentivos. Avaliação de desempenho.			
Referências Básicas:			
<p>CARVALHAL, E.; ANDRÉ NETO, A.; ANDRADE, G. M. Negociação e Administração de Conflitos. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.</p> <p>CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>MAÇÃES, M. Liderança, Motivação e Comunicação. São Paulo: Atual, 2017.</p>			
Referências Complementares:			
<p>RIBEIRO, A. L. Gestão de Pessoas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.</p> <p>ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.</p>			

Plano de Disciplina 48

PLANO DE DISCIPLINA			
Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)			
Disciplina: Gestão de Pessoas – 2º Ano			
CH Teórica: 40 h	CH Prática: 00 h	CH Total: 40 h	Código:
Objetivo Geral:			
Conhecer técnicas e processos de gestão de pessoas, bem como os aspectos relacionados ao comportamento humano nos ambientes organizacionais, com finalidade de promover a organização administrativa de empresas e obter resultados.			
Objetivos Específicos:			
a) Diferenciar o funcionamento de grupos e equipes em ambientes organizados; b) Apontar as formas de liderança e seus papéis na condução de grupos e equipes; c) Identificar os tipos de comportamentos e no que eles contribuem ou dificultam o desempenho individual e coletivo nas organizações; d) Caracterizar os sentidos de valores, atitudes, motivação e aprendizagem e seus impactos no desenvolvimento do ambiente organizacional.			
Ementa:			
Comportamento individual. Trabalho, grupo e equipe de alto desempenho. Valores, atitude, motivação e aprendizagem. Poder, conflito e negociação. Formas de liderança. Cultura e clima organizacional.			
Referências Básicas:			
CARVALHAL, E.; ANDRÉ NETO, A.; ANDRADE, G. M. Negociação e Administração de Conflitos . 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017. CHIAVENATO, I. Recursos Humanos . 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. MAÇÃES, M. Liderança, Motivação e Comunicação . São Paulo: Atual, 2017. RIBEIRO, A. L. Gestão de Pessoas . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro . 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.			

O curso terá duração de três anos e ofertará, no mínimo, 40 vagas, anualmente, as disciplinas da matriz curricular observarão carga-horária semanal de 20 horas-aula, e no mínimo 800 horas-aula por ano escolar sendo, nesse caso, 1º, 2º e 3º anos Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, totalizando 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas-aula e 1.999,93 (um mil, novecentos e noventa e nove, noventa e três) horas relógio. As aulas ocorrerão nos cinco dias da semana, observando o que preconiza a Lei nº 9394/1996 sobre os dias letivos e a carga-horária de cursos técnicos integrados, além dos sábados letivos, nos

termos da legislação vigente.

No que diz respeito à prática didático-pedagógica, registra-se que as ementas serão componentes norteadores de elaboração de Planos de Ensino que possam orientar, numa ação conjunta, ensino e aprendizagem que representem a realidade e a organização de conhecimento para promover a autonomia e a participação ativa de jovens e adultos, numa integração epistemológica de conteúdos, metodologias e práticas educativas, que valorizem o saber e o saber-fazer, bem como o envolvimento de todos os sujeitos no processo.

No tocante às ementas e, seguindo os preceitos legais, de forma mais abrangente, a ideia é que jovens e adultos trabalhadores, às vezes, vitimados pelos processos de exclusão social, possam perceber a escola como espaço que concilie o trabalho e a formação básica e técnica, num retomada de oportunidades, pautadas nos princípios ético e políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, formação humana e à busca de universalização do ensino médio com vistas à elevação da escolaridade.

Nesse sentido, tanto a matriz quanto as ementas de cada componente curricular representam o compromisso de propiciar um atendimento mais aberto aos jovens e adultos tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória, quanto a iniciativas de caráter preventivo para diminuir a distorção idade/ano. No que diz respeito às funções da Educação de Jovens e Adultos, e aqui trazendo para uma visão focalizada nas ementas, pode-se dizer que o Parecer CEBnº 11/2000 ajuda a compreender as funções do Educação de Jovens e Adultos:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negados – o direito a uma escola de qualidade, ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos (BRASIL, 2000).

Função equalizadora: a equidade se relaciona com a forma pela qual se distribuem os bens sociais com vistas à construção da igualdade social. Trata-se de garantir que a redistribuição desses bens considere situações específicas, pelas quais determinadas populações foram sustadas dos seus direitos e que, para a devida equiparação, devam receber proporcionalmente mais oportunidades. Sendo assim, a função equalizadora da EJA, no que tange às ementas, precisa restabelecer a trajetória escolar de jovens e adultos de modo que possam readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade, viabilizando também novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das

estéticas e nos canais de participação, em outras palavras, nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura (BRASIL, 2000).

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

Portanto, as finalidades e funções específicas dessa modalidade de ensino “indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito” (BRASIL, 2000).

Sobre a avaliação, esta deve possibilitar a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos alunos, seus sucessos e dificuldades, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira paralela aos estudos, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/1996, tendo como princípio o diagnóstico das potencialidades dos alunos, compreendendo-os como seres em construção, situados em um contexto histórico e com capacidade de interagir com o meio em que vivem. Ela será contínua e cumulativa, visando elevar o nível de saberes, bem como promover e estimular o educando no aprimoramento do seu próprio conhecimento e de sua realidade, buscando uma formação cidadã.

Nessa perspectiva, não basta elencar novos instrumentos para avaliar alunos e alunas jovens e adultos, mas sim propor a superação das concepções tradicionais e alicerçar o currículo como um todo num paradigma emancipatório, que permita diálogo e negociação entre professores e alunos acerca dos objetivos e critérios pedagógicos. Assim, a avaliação passa a ser determinante na construção de um movimento curricular permanente que aponte não só intervenções necessárias para que os alunos façam elaborações mais complexas dos conhecimentos, mas também que reorienta cotidianamente a prática pedagógica. Para o aluno, a avaliação passa a ser reguladora da aprendizagem, ou seja, cada aluno é parâmetro de si mesmo, cabendo a ele identificar, em conjunto com a escola, os pontos a serem enfatizados para alcançar melhores resultados. Por fim, o resultado das avaliações também reorganiza espaço/tempo, buscando ações que favoreçam a formação permanente individual e também coletiva.

3.9. Metodologia

O desenvolvimento do currículo do Curso Técnico de Nível Médio em Administração do *Campus* Guajará-Mirim - na modalidade EJA - buscará metodologias de ensino cujas ações promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências e objetivos do curso, o que torna necessário estabelecer metodologias didáticas ativas que possibilitem a formação de uma postura crítica, ética, solidária e criativa dos alunos e uma relação intensiva entre teoria e prática.

No IFRO, a aprendizagem é entendida como a incorporação de novas formas de se relacionar com a realidade. Dessa forma, trata-se de um processo de educação que tem como objetivo oferecer aos discentes as possibilidades de desenvolver um conjunto determinado de novos conhecimentos e aptidões orientadas a transformar a realidade que os rodeia.

O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Além disso, deve promover a integração de disciplinas de formação geral com as de formação profissional, de forma inter e transdisciplinar, de maneira a orientar a construção de um aprendizado para a aplicação de bases conceituais gerais, com fundamentos específicos da área profissional, favorecendo assim o desenvolvimento pleno dos sujeitos na área da administração.

A metodologia deste curso, em especial, deverá ser desenvolvida de forma que o aluno possa aliar tudo o que aprende na escola, quer seja nas aulas presenciais, quer seja nas aulas em ambientes virtuais de aprendizagem, ao que aprendeu nas relações sociais e profissionais possibilitadas pelo meio em que o discente vive e atua.

Nessa perspectiva, o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA adotará um currículo diferenciado, no qual os conhecimentos adquiridos tanto na escola quanto fora dela concorram em níveis previamente estabelecidos. O objetivo do EJA em Administração é levar os alunos a aprender a aprender, dinâmica que engloba o: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

O currículo do curso caracteriza-se como expressão coletiva e deve ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar. Qualquer alteração deverá ser realizada sempre que forem verificadas, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais, de acordo com a legislação

vigente.

O curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA, visa à formação de um indivíduo que seja capaz de lidar com o avanço do mundo em gestão e negócios de forma integral e que tenha um olhar para o novo homem, sem deixar de considerar que cada indivíduo é um universo em si mesmo e que, em face de sua natureza social, necessita expandir criando liames com outros espaços, a fim de desenvolver novos universos sociais de relação dialógica.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o saber intervir.

No IFRO, caberá ao professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino, condizentes com a sua área, que busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. O professor, enquanto educador com uma visão holística do homem, vendo-o como um ser bio-psico-sociotranscendental que tem sempre ideia de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, é o responsável pelo intercâmbio entre o conhecimento e o estudante. A partir do planejamento do seu fazer pedagógico, com objetivos precisos e claros do quê e como pretende ensinar, assim como sobre onde quer chegar com o que quer ensinar, considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos, o educador contribuirá positivamente no processo ensino e aprendizagem.

Nesse processo, o discente deverá ser visto como um sujeito que constrói os conhecimentos por meio de relações interpessoais e por meio do exercício de operações cognitivas sociais ocorridas em todas as suas relações. O Curso Técnico de Nível Médio em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA - deve observar metodologias as mais diversificadas possíveis, cabendo ao planejamento acadêmico assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- Aulas expositivas e dialogadas, com uso dos recursos audiovisuais adequados, para apresentação das teorias necessárias ao exercício profissional;
- Pesquisas de caráter bibliográfico, para enriquecimento e subsídio do conjunto teórico necessário à formação do aluno;
- Aulas práticas em disciplinas de caráter teórico-prático, tanto para consolidação das teorias apresentadas, como para o estímulo à capacidade de experimentação e observação do aluno;

- Pesquisas e produção de artigos científicos que estimulem o aluno a ser mais que um reproduzidor de conhecimentos, provocando sua capacidade investigativa (iniciação científica);
- Participação, como ouvinte e/ou organizador, em eventos, feiras, congressos, seminários, painéis, debates, dentre outras atividades, que estimulem a capacidade de planejamento, organização, direção e controle por parte do aluno, bem como sua competência de expressão oral, não verbal e escrita;
 - Visitas técnicas que aproximem o aluno da realidade prática e profissional;
 - Atividades complementares, que enriqueçam a formação e acrescente habilidades e atitudes necessárias à formação do aluno;
 - Conteúdos e atividades a serem desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), podendo a proposta ocorrer de forma síncrona e/ou assíncrona, sempre mediada pelo professor.

As metodologias e estratégias sugeridas para o Curso Técnico de em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA – deverão sempre ser executadas, de modo a ensinar ao aluno o despertar para outras realidades possíveis, conscientizando-o do seu potencial, enquanto sujeito transformador da realidade na qual está inserido e que atua como agente de transformação social.

3.9.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar uma sólida formação, com o propósito de formar um profissional que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender às necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Ademais, visa-se à formação de um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes centros urbanos ou pequenos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

Cabe destacar que o município de Guajará-Mirim assim como a região em que este curso será ofertado apresentam infraestruturas capazes de absorver os egressos nas organizações empresariais, assim como de proporcionar importantes experiências de prática profissional aos estudantes.

A implantação do curso não constitui, dessa forma, uma realidade dissociada do contexto geral do IFRO. Muito pelo contrário, este curso somará esforços às demais instituições de

ensinada região rumo ao cumprimento de sua missão, que é: formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Assim sendo, inserido no contexto da oferta de cursos do IFRO, o referido curso visa à formação de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Considerando que o Estado de Rondônia se encontra em franco desenvolvimento e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a implantação deste curso com o propósito de preparar profissionais mais bem qualificados para atender à demanda requeridas pelo mundo de trabalho que cresce de forma acelerada.

Em conformidade com o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), o IFRO cria e implanta seus projetos de cursos visando ao desenvolvimento do cidadão e do meio em que ele está inserido e atua como indivíduo reflexivo, crítico e criativo. Ainda em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade. Assimsendo, o IFRO contribui para o movimento “Todos pela Educação”, citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação profissional no âmbito de sua região de abrangência.

As vagas oferecidas pelo curso não têm a intenção de superlotar o mercado de egressos, mas de poder oferecer um profissional diferenciado para um mercado que, a cada dia, torna-se mais competitivo. Isso para não falar no aquecido desenvolvimento econômico e social da região que demanda um profissional que seja capaz de, não só resolver os problemas urgentes da sociedade, mas que seja capaz de planejar a médio e a longo prazo, ações que atendam a um desenvolvimento da sociedade rondoniense de forma digna e sustentável.

O desenvolvimento econômico contribui para o crescimento da população, visto que há uma tendência de pessoas migrarem de uma localidade para outra em busca de melhores condições de vida nos estados com melhores condições econômicas. O crescimento populacional, por sua vez, requer ampliação na infraestrutura e na formação de pessoal que possa atender a essa demanda, fato que justifica a criação de um curso de formação de profissionais, aptos a desenvolver ações que colocam em expansão a sociedade.

Em síntese, por acreditar no diálogo com o cidadão e com a sociedade, o IFRO lança no mercado um curso, cuja concepção se dirige para o interacionismo e para a dialógica entre o homem e o meio para o qual ele está sendo preparado. A Administração possui como principal objetivo favorecer pensamentos empreendedores. Assim sendo, a interação homem versus meio e meio versus homem será a base de sustentação entre a teoria (vivenciada na escola) e a prática

vivenciada (no meio social).

3.9.2. Transversalidade no Currículo

Falar sobre transversalidade no currículo exige, previamente, que se discuta a importância dos temas transversais, principalmente aqueles que nortearam as discussões nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, os Direitos Humanos, a Saúde, a Orientação Sexual, a Diversidade, o Trabalho e o Consumo são alguns dos temas que devem ser incorporados ao currículo de um curso.

Outros temas de importância social, cultural e humanística deverão permear o currículo deste curso por intermédio da participação dos discentes em seminários, cursos, minicursos, debates, palestra, projetos de pesquisa e extensão e em outros eventos. Os temas transversais tratados ao longo do curso, depois de receberem o devido e necessário tratamento pedagógico, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

3.9.3. Prática profissional intrínseca ao currículo

A prática do curso, em forma de estágio obrigatório, será de 100 horas e desenvolver-se-á nas empresas de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, especialmente, podendo, a depender das condições do estudante, ocorrer em outros municípios.

3.9.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico ao aluno deverão ocorrer desde o início e não poderão se restringir a um simples diagnóstico. Optar-se-á pela aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso.

Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser antenas capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando esses revelarem algum desnível que mereça atenção individualizada.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno com relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo, ensinando-o

técnicas e métodos diversos para aprender.

O coordenador do curso representa a segunda instância e, caso não possa resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos Núcleos Especializados, a exemplo do NAPNE, que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de prover o acompanhamento pedagógico ao discente.

3.9.5. Flexibilização Curricular

A matriz curricular do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – EJA - foi constituída de forma a priorizar a integração entre serviços e negócios; assim sendo, os conteúdos poderão articular-se e ser desenvolvidos por meio das disciplinas. A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, uma vez que ela pode se dar de várias maneiras.

No âmbito deste curso, a flexibilização deverá se dar da seguinte forma:

- Por meio de disciplinas que poderão favorecer ao aluno conhecimentos de uma área ou subárea de formação previamente pretendida. Esses conhecimentos específicos e adicionais serão definidos pelo docente em seu plano de disciplina;
- Por meio da participação em projeto de pesquisa, ensino e extensão no qual o aluno com a mediação de um professor orientador terá acesso a conhecimentos extracurriculares que poderão colaborar para a formação do perfil profissional do técnico em Administração;
- Por meio de atividades complementares como: eventos, palestras, cursos e visitas técnicas que poderão agregar novos e necessários conhecimentos ao aluno;
- Por intermédio da mobilidade acadêmica, na mais ampla acepção da palavra, nos termos do Regulamento da Organização Acadêmica (Artigos 71 a 76).

3.9.6. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades Não Presenciais ou Semipresenciais

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, atualizadas pela Resolução 3/2018, do Conselho Nacional de Educação, indicam, no artigo 17, parágrafo 15: as atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino

expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno.

Nesse sentido, serão utilizadas atividades não-presenciais em 20% da carga mínima do curso, sempre que o *Campus* não dispuser de períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em atividades não-presenciais constituir-se-á de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação dar-se-á pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Almeida (2012), afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como: fórum; envio de tarefa; glossário; questionário; vídeo, dentre outras. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como:

- Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação;
- Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados;
- Questionário: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha;
- Tarefas de aplicação: atividades de elaboração de textos e respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- Teleaulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campi ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas;
- Quiz: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha;
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Os planos de ensino de cada docente, e suas respectivas disciplinas, deverão prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos, além dos elementos específicos das atividades não presenciais, que trarão

metodologias específicas para a carga horária parcial. As atividades não presenciais poderão ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas.

Os professores incluirão, no início da aplicação da disciplina, nos seus planos de ensino regulares, os planos de atividades que serão desenvolvidas no AVA, conforme o modelo a seguir:

Quadro 12: Plano de Atividade não Presencial para a disciplina

Plano de Atividade não presencial para a Disciplina	
Elementos do Plano	Descrição dos Elementos
Objetivos	Identificar aqui os objetivos da aprendizagem.
Conteúdos	Elencar as abordagens teóricas e teórico-práticas
Carga Horária	Definir o tempo disponível para a atividade
Ferramentas/Estratégias	Prever estratégias e/ou ferramentas de trabalho
Atividade do Aluno	Identificar a atividade que o aluno desenvolverá: relatório, exercício, resolução de questionários e outras.
Avaliação	Prever estratégias como provas, testes, debates, respostas aos fóruns
Material para o Aluno	Apresentar o material a ser usado nos estudos: vídeos, imagens, arquivos de texto e outros
Referências	Elencar o rol de referências: livros, revistas, enciclopédias.

Fonte: IFRO (2022).

Os registros das atividades não presenciais seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO, no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Os resultados dos estudos das atividades não presenciais representarão entre 10% e 20% das notas na disciplina correspondente, sempre que não houver previsão expressa no Regulamento de Organização Acadêmica.

A frequência às atividades não presenciais ou semipresenciais será medida e computada nos termos do Parecer CNE/CEP Nº 5/2017, aprovado em 9 de agosto de 2017, por força da consulta feita ao CNE pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

O professor será o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades não presenciais usadas no AVA ou em outro meio; e a equipe diretiva de ensino, pelo

acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. Os planos de ensino deverão ser apresentados à equipe diretiva e aos alunos no início de cada período letivo, e os planos de atividades não presenciais, sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Além disso, as orientações complementares devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus*.

A aplicação da carga horária não presencial será efetivada pela utilização de estratégias específicas e, exclusivamente, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), disponível em: <http://virtual.ifro.edu.br/guajara>. A partir dessa plataforma, serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem; acesso a materiais pedagógicos; mídias educacionais; além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

As atividades de EaD serão distribuídas pelo professor de maneira que sejam contemplados todos os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas. O professor também tem a liberdade de aplicar atividades off-line, que são avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações para o cumprimento da carga horária em EaD.

3.9.7. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento de estudos deverá ocorrer nos termos do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio (ROA) e poderá ser realizado da seguinte forma:

Art. 137. Aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para aprovação atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, e poderá ocorrer de forma: I. parcial, quando os estudos realizados na instituição de origem não contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos ou da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino; II. total, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino. (IFRO, 2016).

As demais informações referentes aos procedimentos e circunstâncias do aproveitamento de estudos estão descritas no referido regulamento. A certificação do conhecimento deverá ser feita também com base no que fora previamente consignado no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio (ROA) conforme o que se segue:

Art. 152. Entende-se por Certificação de Conhecimentos, a validação de saberes adquiridos por meio de experiências previamente vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho, a fim de alcançar dispensa de disciplina (s) integrante (s) da matriz curricular do curso.

Art. 153. A Certificação de Conhecimentos será regida na forma da lei e por regulamentação própria no âmbito do IFRO. (IFRO 2016).

No final do terceiro ano, o estudante que tiver logrado êxito em todos os componentes curriculares receberá certificação em Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio.

3.9.8. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as disciplinas, entre a teoria e a prática, entre o ensino e a pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, enquanto diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se reduz a conteúdos propostos previamente.

O estabelecimento de cadeias de conexões de ensino, sejam horizontais ou verticais entre as disciplinas, incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si. Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é por meio do que se denomina - problematização dos conhecimentos em contato com a realidade, por intermédio de um estudo dialógico. Tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante.

3.10. Apoio ao Discente

O apoio ao discente deverá ser prestado de acordo com as necessidades individuais apresentadas pelo aluno, de diversas maneiras e por meio de variados segmentos no âmbito do IFRO.

Como se segue:

- Coordenação de Registros Acadêmicos - CRA: na competência relacionada a matrículas e demais registros;
- Coordenação de Apoio ao Educando - CAED: na competência de apoio psicológico e orientação educacional;
- Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE: na competência de atendimentos especializados e inclusivos para a necessidade específica do aluno;
- Coordenação do Curso: na competência de apoiar o aluno em suas dúvidas e necessidades relacionadas diretamente ao curso, com atendimento em horários previamente

fixados em murais e locais públicos;

- Ouvidoria: para os alunos que precisam ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões, através do portal do IFRO, que tem atendimento pelos sistemas de comunicação eletrônica.

3.11. Ações Decorrentes do Processo Avaliativo do Curso

A estruturação avaliativa do curso compreende o especificado no Projeto e no Regulamento da CPA e contempla, ainda, os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente, técnico-administrativo e das instalações físicas.

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional, comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO, preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade, aplica, constantemente, instrumentos avaliativos a fim de detectar as falhas e, na sequência, prover as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos, de modo a garantir a construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de modo a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além, é claro, da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela CPA para que possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso tem possibilitado um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pelo IFRO, no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo, dessa maneira, para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e atua como agente de transformação social e cultural.

A avaliação do PPC traz, em si, a oportunidade de rupturas com a acomodação e abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, qual a melhor política a ser adotada em sua implementação e qual a sua contribuição para a construção de uma sociedade

maisjusta e igualitária.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resultam, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, a Coordenação do Curso, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando à criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

São considerados relevantes para o processo de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico os indicadores originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do curso pelo INEP, do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRO e dos resultados das atividades de pesquisa e extensão.

O processo de avaliação do PPC deve ser implantado de acordo com as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso que constitui uma atividade sistemática que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional e, por último, deve envolver a participação dos professores, dos alunos e do corpo técnico-administrativo envolvido com o curso.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de autoavaliação junto aos professores, com o apoio do NDE. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos, a análise desses relatórios conclusivos de autoavaliação pela CPA, pela Coordenação do Curso e pelo NDE.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético.

3.11.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos deve ser realizado pelo coordenador de curso e pelos professores, com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, conforme a Resolução nº 34/CONSUP/IFRO, de 21 de dezembro de 2021. Esse atendimento é feito de maneira personalizada e individual. O aluno, de acordo com o horário de atendimento do professor publicado em mural ou sistema equivalente, faz valer seus direitos tirando dúvidas

e apresentando sugestões. Os docentes deverão atender os alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso, dos estágios supervisionados.

3.11.2. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pelo IFRO contam com o serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE). O NAPNE tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos.

O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, o NAPNE desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Coordenação de Ensino e Coordenação de Assistência/Apoio ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

3.11.3. Estratégias de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, o IFRO oferece cursos e atividades de nivelamento em matemática, língua portuguesa e em outras disciplinas nas quais os discentes mostraram-se deficitários em relação aos demais de suas turmas. Os cursos de nivelamento, quando necessários, serão oferecidos a todos os alunos, logo no primeiro semestre do primeiro ano dos cursos técnicos.

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

3.11.4. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

Nesse sentido, o IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares;

participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O discente recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada e de pós-graduação lato e *strictosensu*.

3.12. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino e aprendizagem

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nos laboratórios de informática, nas instalações administrativas, biblioteca, salas de professores e sala de coordenação. Atualmente, a Instituição disponibiliza quatro laboratórios de Informática com o número de computadores variando entre 20 e 40 máquinas, todas ligadas à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns da instituição disponibilizam serviço de wireless aos estudantes. A Instituição incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo de ensino e aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas com slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, dentre outros recursos. Os docentes utilizam, também, as linguagens dos modernos meios de comunicação e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduzem as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados(as):

- a) A internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em

projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) A comunicação por e-mail já está consagrada no âmbito da Instituição. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos, provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;

c) Os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas; bem como pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos propicia ao aluno novas formas de apropriação da escrita, nas quais o ato da reescrita torna-se parte fundamental do escrever. As planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser utilizados tanto para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

d) Ferramentas CASE que auxiliam os alunos no desenvolvimento de softwares durante as aulas práticas do curso;

e) Os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

f) Nivelamento em disciplinas básicas, cursos de extensão e integralização de carga-horária, online, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

g) Demais ferramentas, de acordo com as estratégias previstas nos planos de ensino.

3.13. Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino e aprendizagem do Curso

Entende-se a avaliação de desempenho acadêmico como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e deverá ser realizada de modo específico para cada componente curricular, incidindo obrigatoriamente sobre o rendimento escolar e a frequência dos discentes.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados no ano letivo os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas nas disciplinas do curso, conforme o Regulamento

da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio (ROA).

Os procedimentos de avaliação pontuarão, com notas quantitativas, a assiduidade; a pontualidade; a participação nos trabalhos; bem como a apresentação; a redação; a coerência; a abrangência; a pertinência com os temas abordados em aula; a visão crítica e criatividade do aluno; os trabalhos individuais realizados por ele; os trabalhos em grupo; participação em seminários; emcolóquios e em visitas de estudos. Além do mais, serão aplicadas, na forma do ROA.

As provas ou atividades de avaliação escolar, regulamentadas no ROA, visam à avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter previsão expressa nos planos de ensino de cada disciplina.

A cada verificação de aproveitamento bimestral é atribuída uma nota inteira, expressa em grau numérico de zero (0) a cem (100).

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades escolares, é considerado aprovado o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 60 (sessenta), correspondente à média das notas dos exercícios escolares realizados durante o ano letivo, em consonância com o que se encontra definido no Regulamento da Organização Acadêmica.

3.14. Número de Vagas

O IFRO procura manter adequada relação entre o número de vagas anuais e o número de docentes que têm regime de trabalho em tempo integral ou regime de 40 e de 20 horas.

Dessa forma, anualmente, serão ofertadas 40 (quarenta) vagas ao curso no período noturno. Considerando o número de docentes na área de Administração do *Campus* Guajará-Mirime também o número de vagas oferecidas anualmente, temos uma média de 10 alunos por professor no terceiro ano do curso, que pode ser mantida ou diminuir ao longo de todo o curso, em decorrência de novas contratações de docentes ou desistências de discentes.

3.15. Participação Obrigatória dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC

O aluno tem participação e representação efetiva na condução do curso. Em se tratando de representação, o corpo discente, seguindo as orientações deste Projeto Pedagógico, deverá eleger anualmente, entre os seus pares, um representante com direito a voz e voto para o Colegiado do Curso.



Da mesma forma, o aluno é amplamente estimulado a participar das avaliações institucionais e do curso elaboradas e promovidas, anualmente, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), sendo chamado a contribuir com sugestões de melhoria, quando convocados para as reuniões do Colegiado ou de outras Comissões formadas com essa finalidade.

IV. CORPO DOCENTE

4.1. Composição e Funcionamento do Conselho de Classe

O *Campus* conta com colegiados para tratar de assuntos administrativos e de formação acadêmica, como: o Conselho Escolar, o Conselho de Classe e outras representações próprias da estrutura organizacional da Unidade ou do IFRO. Pode contar também com representações discentes, quando formalmente constituídas. De acordo com o Regimento Interno do *Campus*:

- O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio, deverá ser presidido pelo (a) Diretor (a) de Ensino, ou por profissional sob sua designação, com a participação efetiva dos docentes das respectivas turmas, tendo a seguinte composição:

- I. Diretor (a) de Ensino;
 - II. Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio;
 - III. Todos os docentes da turma em análise;
 - IV. Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino;
 - V. Coordenador de Registros Acadêmicos;
 - VI. Chefe do Departamento de Assistência ao Educando ou Coordenador de Assistência ao Educando, conforme o caso;
 - VII. Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo (área supervisão e/ou coordenação);
 - VIII. Um discente representante da turma em análise;
 - IX. Outros profissionais que atuam no *Campus* com apoio pedagógico.
- (Resolução nº 54/2016/CONSUP/IFRO).

O Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Resolução nº 8/CONSUP/IFRO/2013) dispõe sobre o funcionamento e atribuições do Conselho de Classe.

4.2. Atuação do Coordenador do Curso

Conforme o PORTARIA Nº 2460/REIT - CGAB/IFRO, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, Art. 2º O processo de eleição se regerá por meio de edital interno do *Campus* e deverá contemplar como votantes: docentes, discentes e técnico-administrativos, vinculados ao respectivo curso ao qual se pretende escolher o Coordenador.

No manual dos coordenadores de cursos técnicos apresenta as seguintes atribuições dos coordenadores de cursos, sem prejuízo de outras emanadas da legislação interna e externa, bem como das proferidas nas decisões dos órgãos colegiados e executivos superiores:

- a) Gerir o curso mantendo sob sua responsabilidade todos os recursos materiais e humanos destinados às ações administrativas e pedagógicas;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante;

- c) Elaborar, programar e executar o projeto pedagógico do curso, mantendo-o atualizado em todos os seus aspectos e na forma da lei;
- d) Acompanhar as atividades do corpo docente, do corpo técnico administrativo e do corpo discente vinculados ao curso, objetivando acompanhar o cumprimento das exigências do regime didático, acadêmico, administrativo e disciplinar;
- e) Incentivar e executar os projetos de iniciação científica, pesquisa e inovação, os programas de monitoria e as atividades de extensão acadêmica, cultural, esportiva e comunitária desenvolvidos no âmbito do curso;
- f) Supervisionar, em parceria com o Departamento de Apoio ao Ensino e com outros órgãos congêneres, em casos específicos: laboratórios, clínicas-escola, empresa-júnior, programas de estágio e outros organismos de apoio e complementação acadêmica do curso, estabelecendo a demanda de recursos e programas operacionais e regulamentando procedimentos, pessoalmente ou por representação;
- g) Supervisionar e manter os procedimentos de avaliação e registro acadêmico do curso, fazendo cumprir os cronogramas de atividades, efetivando a interação com os setores de apoio;
- h) Conduzir os processos de autorização, de reconhecimento de renovação do reconhecimento do curso, de organização para os exames nacionais de curso e de avaliação das condições da oferta, interagindo com os setores de apoio, a fim de assegurar os recursos necessários, além de preparar docentes e discentes para, com eles, receber as comissões designadas pelo MEC/INEP e outras que porventura surgirem e forem designadas por algum motivo, razão ou circunstância;
- i) Estimular, em conjunto com a Departamento de Extensão e com a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, a expansão de oferta na área do curso, elaborando propostas de cursos e programas de extensão, de especialização e de outras modalidades;
- j) Incentivar, em conjunto com a Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, o corpo docente a desenvolver atividades científicas ligadas à pesquisa, programas de pós-graduação lato e stricto sensu, publicações e participações em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e internacionais, preferencialmente, com a inscrição e apresentação de trabalhos;
- k) Incentivar, em conjunto com o Departamento de Extensão, o corpo docente a desenvolver atividades, programas e projetos de extensão, sociais, culturais, artísticos e esportivos, cursos de formação inicial e continuada, eventos, visitas técnicas e empreendedorismo;

- l) Articular-se com a Coordenação de Integração, Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC para o desenvolvimento do estágio conforme o estabelecido no Regulamento de Estágio do IFRO. Observar e atentar-se para o desempenho e a satisfação discente com vistas a minimizar os níveis de evasão e elevar a autoestima dos alunos;
- m) Elaborar e apresentar à Diretoria de Ensino os relatórios das atividades e do desempenho de membros do corpo docente, estagiários e monitores vinculados ao curso;
- n) Cumprir e fazer cumprir as determinações estatutárias, regimentais, as deliberações dos órgãos da administração superior e as demais leis educacionais;
- o) Constituir comissões para estudo de temas, execução de projetos ou tarefas específicas;
- p) Elaborar e encaminhar à Diretoria de Ensino, anualmente, uma previsão orçamentária referente aos gastos e investimentos necessários ao funcionamento do curso;
- q) Supervisionar a gestão orçamentária dos gastos e investimentos relacionados ao seu curso relacionados às visitas técnicas e participações em eventos relacionados ao curso;
- r) Decidir, depois de pronunciamento do Colegiado do Curso, sobre aproveitamento de estudos e adaptações;
- s) Manifestar-se sobre a compatibilidade de currículos tendo em vista perfis profissionais;
- t) Representar o curso, nos termos da legislação interna;
- u) Exercer atribuições especiais por delegação de órgãos superiores e outras consignadas no Regimento Interno de cada *campus* e no Regulamento da Organização Acadêmica.

4.2.1. Identificação do Coordenador do Curso

A Coordenação do curso será exercida pelo professor Higor dos Santos Santana.

4.2.2. Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Quadro 13: Titulação e Formação do Coordenador do Curso

ANO DE INÍCIO E INTEGRALIZAÇÃO	NÍVEL	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
1999 - 2003	Graduação	Administração	Faculdade Michelângelo

2010 - 2012	Especialização Lato Sensu	Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria	Fundação Getúlio Vargas FGV -
2018 - 2020	Mestrado	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – ProfNit	Universidade de Brasília - UNB

4.3. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Em obediência às políticas de contratação de pessoal e em atendimento às exigências legais, o coordenador do curso desenvolve suas funções em **REGIME INTEGRAL** de trabalho, com **DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, conforme está demonstrado em sua portaria de nomeação.

4.4. Titulação do Corpo Docente (Colegiado do Curso)

Quadro 14: Titulação do Corpo Docente – Colegiado do Curso

Nº	NOME DO DOCENTE	Formação
1	Marcos Biesek Vollbrecht	Graduação em Letras - Português e Inglês pelo Faculdades Integradas de Ariquemes
2	Carlos Eduardo Sousa da Fonseca	Especialização em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília
3	Claudecir Ancelmo da Silva	Especialização em Supply Chain Manarement pela Universidade Nove de Julho
4	Igor Feijo dos Santos	Especialização em Ensino de Matemática pela Faculdade Futura
5	Maria das Gracas Freitas de Almeida	Especialização em Organização do trabalho pedagógico pelo Centro Universitário Internacional
6	Wagner Tenorio dos Santos	Especialização em História da Amazônia com ênfase em história de Rondônia. pela Faculdade Rolim de Moura
7	Augusto Rodrigues de Sousa	Mestrado Profissional em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia
8	Higor dos Santos Santana	Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade de Brasília
9	Juliano Coelho Goncalves de Melo	Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Uberlândia
10	Maria Enísia Soares de Souza	Mestrado em Lingüística pela Universidade Federal de Rondônia,
11	Ranieri Braga dos Santos	Mestrado em EDUCAÇÃO pela Universidade Federal de Rondônia

12	Silvilene Brito de Melo	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia,
13	Tania de Oliveira Amaral Guarnieri	Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
14	Vanessa Lima Dias	Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Acre
15	Alexandre Servulo Ribeiro Hudson	Doutorado em Ciências do Esporte pela Universidade Federal de Minas Gerais
16	Leonardo Aguiar do Amaral	Doutorado em Física pela Universidade Federal do Espírito Santo
17	Marcus Vinicius da Conceicao Morro	Doutorado em Matemática pela Universidade Federal da Bahia
18	Poliana Ribeiro Barroso	Doutorado em Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - <i>Campus JK</i>

4.4.1. Corpo Docente Políticas de Aperfeiçoamento, Qualificação e Atualização do Corpo Docente

Para a atualização do corpo docente, o Instituto Federal de Rondônia toma medidas que possibilitam o aperfeiçoamento e a qualificação dos professores, que englobam cursos de Pós-Graduação, cursos de capacitação na área de Informática ou em áreas afins.

A possibilidade de aperfeiçoamento pode ocorrer também em função dos editais que são oferecidos pelo próprio Instituto, ou através de iniciativa do docente que conta com total apoio da Instituição.

4.5. Titulação do Corpo Docente – Percentual de Doutores

Atualmente, o presente curso conta com quatro doutores (22%), oito mestres (44 %), cinco especialistas (28%) e um graduado (6%).

4.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente

Quadro 15: Formação e Regime de Trabalho do Corpo Docente

DISCIPLINA	NOME DO DOCENTE	Formação	REGIME	NÚMERO DE HORAS
Administração da Produção	Higor dos Santos Santana	Administração [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Arquivologia	Claudecir Ancelmo da Silva	Administração [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h

Arte	Carlos Eduardo Sousa da Fonseca	Arte [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Educação Física	Alexandre Servulo Ribeiro Hudson	Educação Física [Doutor]	Dedicação Exclusiva	40h
Biologia	Poliana Ribeiro Barroso	Biologia [Doutora]	Dedicação Exclusiva	40h
Contabilidade Básica	Higor dos Santos Santana	Administração [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Economia	Claudecir Ancelmo da Silva	Administração [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Empreendedorismo	Higor dos Santos Santana	Administração [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Filosofia	Augusto Rodrigues de Sousa	Filosofia [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Física	Leonardo Aguiar do Amaral	Física [Doutor]	Dedicação Exclusiva	40h
Fundamentos da Administração	Claudecir Ancelmo da Silva	Administração [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Geografia	Tania de Oliveira Amaral Guarnieri	Geografia [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Gestão de Pessoas	Higor dos Santos Santana	Administração [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Gestão de Qualidade	Claudecir Ancelmo da Silva	Administração [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Gestão Pública	Higor dos Santos Santana	Administração [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
História	Wagner Tenorio dos Santos	História [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Informática Aplicada	Juliano Coelho Goncalves de Melo	Informática [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
	Ranieri Braga dos Santos	Informática [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Legislação Trabalhista Tributária Empresarial	Claudecir Ancelmo da Silva	Administração [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Língua Estrangeira Moderna -Espanhol	Silvilene Brito de Melo	Letras Espanhol [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Língua Estrangeira Moderna -Inglês	Marcos Biesek Vollbrecht	Letras Inglês [Especialista]	Substituto	40h
Língua Portuguesa e Literatura	Maria Enísia Soares de Souza	Letras Português, Inglês e Espanhol [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h

Logística	Higor dos Santos Santana	Administração [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Matemática	Marcus Vinicius da Conceicao Morro	Matemática [Doutor]	Dedicação Exclusiva	40h
	Igor Feijo dos Santos	Matemática [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional (OPPP)	Claudecir Ancelmo da Silva	Administração [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Planejamento Estratégico	Higor dos Santos Santana	Administração [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Química	Vanessa Lima Dias	Química [Mestre]	Dedicação Exclusiva	40h
Saúde e Segurança no Trabalho	Claudecir Ancelmo da Silva	Administração [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h
Sociologia	Maria das Gracas Freitas de Almeida	Sociologia [Especialista]	Dedicação Exclusiva	40h

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC.

O IFRO investe na composição de um corpo docente que possui, em sua maioria, dedicação exclusiva e outros que sejam contratados no regime de 40 horas. Atualmente, todos os professores do núcleo específico são contratados em regime de dedicação exclusiva.

4.7. Funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso Técnico, no âmbito de cada *Campus*, é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso. É composto pelos seguintes membros:

- a) O coordenador do curso, como presidente;
- b) Diretora de Ensino;
- c) Coordenador de Apoio ao Ensino;
- d) Todos os professores em atividade no Curso;
- e) Um aluno regular do Curso, escolhido, dentre os líderes de turma interessados na representação, pelo critério da melhor nota no conjunto das disciplinas cumpridas no período letivo anterior ao da escolha ou no último ano do curso de nível médio, quando a escolha for feita antes do final do primeiro período letivo do Curso atual.

Suas competências estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e em Regulamentação própria do IFRO.

4.8. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente

O IFRO configura-se como uma instituição preocupada com o desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico, artístico e cultural de seus professores. Nesse sentido, tudo o que é produzido pelo corpo docente recebe tratamento diferenciado. O IFRO desenvolve programas e assegura instrumentos e mecanismos de visibilidade e publicação dos trabalhos desenvolvidos por seus docentes.

V. INFRAESTRUTURA

5.1. Mesas de Trabalho para Professores

O *Campus* dispõe de espaço para todos os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva, 40 horas. Além de aulas, alguns professores desenvolvem outras atividades no *Campus* e, por isso, têm salas que servem para o desenvolvimento das ações específicas dessa outra função e também para o atendimento ao discente.

Quadro 16: Descrição de sala para docentes

Itens	Especificação
Espaço físico em metros quadrados	4 m ² no mínimo
Mesa(s)	1
Cadeira(s)	2
Armário e Arquivo	1
Computadores	1
Impressora	1 coletiva

Fonte: IFRO, 2022.

5.2. Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos

Todos os coordenadores de curso do *Campus* são lotados no regime integral e possuem salas coletivas, nas quais desenvolvem suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos professores e alunos.

Quadro 17: Espaço de trabalho para a coordenação de curso

Itens	Especificação
Espaço físico em metros quadrados	6 m ² no mínimo
Mesa(s)	5
Cadeira(s)	8
Armário e Arquivo	1
Computadores	1
Impressora	1 coletiva

Fonte: IFRO, 2022.

5.3. Sala de Professores

O *Campus* conta com uma sala de professores climatizada e mobiliada com mesas de trabalho, cadeiras, geladeira e espaço destinado ao trabalho individual.

Quadro 18: Descrição da sala de professores

Itens	Especificação em Números
Espaço físico em metros quadrados	54 m ² no mínimo
Mesa(s)	9
Cadeira(s)	34
Computadores	2 coletivo
Armário(s)	40
Impressora	1 coletiva
Mesa(s) e espaço(s) individual(is)	13
Geladeira(s)	1

Fonte: IFRO, 2022.

5.4. Salas de Aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, com 54 m² de dimensão, construídas em alvenaria e concreto armado, com fechamentos em vidros temperados, piso cerâmico antiderrapante, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala 2 (duas) televisões para uso com recurso multimídia.

O *Campus* conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação (todas as salas são climatizadas), mobiliário e limpeza.

Quadro 19: Descrição das salas de aula

Itens	Especificação em Números
Número de sala de aulas	11
Espaço físico em metros quadrados	54 m ² no mínimo
Mesa para o professor	1

Cadeira(s)	1
Carteiras	40
Impressora	1 coletiva
Televisão	2 TV's de LED 50"
Quadro branco	1

Fonte: IFRO, 2022.

5.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

O IFRO coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, os Laboratórios de Informática, especificados num dos itens anteriores, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 8h às 22h50min. Além do mais, foi implantado um sistema especializado que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela *Internet*, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, (re)matrícula *online*, comprovante de matrícula e outros.

5.6. Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos Equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício. A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de ação do *Campus* que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica. No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados, é condição primordial que a Instituição mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

5.7. Livros da Bibliografia Básica

A política da biblioteca do *Campus* é a de adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos, procurando atualizá-la periodicamente. A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e com a anuência do Colegiado do Curso. O Núcleo Docente do curso trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno. No item do ementário deste projeto, encontram-se esboçadas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Administração.

5.8. Livros da Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina. A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e com a anuência do Colegiado do Curso. No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Administração.

5.9. Laboratórios Didáticos e Especializados

Quadro 20: Quantidade de laboratório didáticos especializados

Laboratório	Quantidade
Laboratório de Informática	4
Laboratório de Enfermagem	1
Laboratório de Química	2

Fonte: IFRO, 2022.

Além dos laboratórios especializados para a execução das atividades práticas do Núcleo Profissionalizante, existe a previsão de implantação de laboratórios e espaços específicos para atender à Base Nacional Comum Curricular.

VI. DOS REQUISITOS LEGAIS

6.1. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A legislação nacional determina os componentes obrigatórios que constituem a base nacional comum e que devem ser tratados em uma ou mais áreas de conhecimento na composição do currículo, entre elas está o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras. Segundo a Resolução CNE/CP 01/2004, caberá às instituições de ensino incluírem no contexto de seus estudos e atividades cotidianas, tanto a contribuição histórico-cultural dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, quanto às contribuições de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza de que o Art. 26a, acrescido à Lei nº. 9.394/96, impõe bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, mas exige que se repense um conjunto de questões: as relações Etnicorraciais, sociais e pedagógicas, os procedimentos de ensino, as condições oferecidas para aprendizagem e os objetivos da educação proporcionada pelas escolas.

Leva-se, também, em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

6.2. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo. No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes

do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, ncaput do artigo 5º da Constituição Federal (1988) está escrito que - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente. Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito à dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

- a) Destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
- b) Enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- c) Encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- d) Contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;
- e) Estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- f) Propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- g) Avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;

- h) Orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
- i) Estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;
- j) Estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- k) Incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
- l) Balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;
- m) Incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o Ensino Técnico de Nível Médio e de graduação, faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE

n.1 de 30/05/2012, e também, às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdo de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

6.3. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o IFRO, por

intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), conta com corpo técnico a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

A Lei Berenice Piana, de proteção aos direitos da pessoa com autismo, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e prevê a participação da comunidade na formulação das políticas públicas voltadas para os autistas, além da implantação, acompanhamento e avaliação da mesma. Com a referida lei, fica assegurado o acesso às ações e serviços de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional, os medicamentos e as informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento. Da mesma forma, a pessoa com autismo terá assegurado o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, ao mercado de trabalho e a previdência e assistência social.

6.4. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

6.4.1. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física

O *Campus* está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal nº 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o *Campus* conta com:

- Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais.
- Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- Os sanitários são adaptados para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

6.4.2. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual

O *Campus* Guajará-Mirim já possui, parcialmente, piso tátil em suas instalações, lupa e demais equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de assegurar o ensino e aprendizagem aos alunos.

6.4.3. Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como — depósitos - até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas. É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação passa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus* se adaptará a equipamentos (conjunto formado por um pequeno chip emissor, na forma de microfone, usado pelo professor, e um receptor para o aluno) que favoreçam a acessibilidade e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. O IFRO está realizando concursos para a contratação de intérpretes de Libras para atender aos alunos com tal necessidade.

6.5. Informações Acadêmicas

O IFRO possui, em sua organização administrativa, uma Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenações específicas aos Cursos para informar aos alunos questões relativas às: Condições de oferta do curso, matriz curricular do curso, relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho,

informes sobre os Dirigentes da instituição e coordenador de curso. Além disso, a instituição manterá em página eletrônica própria, e também na biblioteca, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas ao Projeto Pedagógico do Curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação, conjunto de normas que regem a vida acadêmica, tais como regimento interno do *Campus* Guajará-Mirim, descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização, descrição da infraestrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação.

Os processos seletivos serão amplamente divulgados pelo site oficial do IFRO e no próprio *Campus*. Os editais conterão dentre outras informações: Denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo, número de vagas por curso, normas de acesso e prazo de validade do processo seletivo.

6.6. Políticas de Educação Ambiental

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente. Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e dos conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO lançará mão de tudo que está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade;
- b) Descentralização Espacial e Institucional;
- c) Sustentabilidade Socioambiental;
- d) Democracia e Participação Social;



e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

VII. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.1. Da Infraestrutura do *Campus*

O *Campus* está em processo de implantação e conseqüentemente de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para organização dos espaços e instrumentos de trabalho. Para atender, de forma adequada, às necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle. As instalações prediais construídas, de excelente qualidade, são em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes serão climatizados por ar condicionados tipo *Split*, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle. Havendo feita sucinta demonstração da macroestrutura física do IFRO, daqui por diante, este projeto deverá descrever as estruturas específicas para o funcionamento do curso em tela. Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do *Campus*, a seguir, será apresentado um quadro contendo as repartições e dependências a serem utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Quadro 21: Infraestrutura e respectivas quantidades e tamanho em metros quadrados

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	TAMANHO EM M ²
Sala de Aula	11	54 m ²
Sala de Professores	1	54 m ²

Laboratório de Informática	4	54 m ²
Laboratório de Enfermagem	1	54 m ²
Laboratório de Ciências	2	54 m ²
Sala da Direção-Geral	1	27 m ²
Gabinete da Direção-Geral	1	27 m ²
Sala de Apoio ao Ensino	1	54 m ²
Sala de Apoio Administrativo CRA	1	54 m ²
Sala das Coordenações	1	54 m ²
Pátio Coberto	1	1618 m ²
Sala de Direção de Planejamento e Administração-DPLAD	1	54 m ²

Fonte: IFRO, 2022.

7.1.1. Da Infraestrutura de Segurança

A instalação do *Campus* foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO₂ nos corredores e laboratórios;
- Parapeito no mezanino/saguão;
- Saída de emergência;
- Luminárias de emergência;
- Ducha d'água nos laboratórios de química;
- Sinalizações;
- Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

7.1.2. Da Área de Convivência

O IFRO conta com áreas de convivência, saguões e mezaninos que servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e professores. Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer e outros.

7.1.3. Da Biblioteca

O *Campus* conta com uma biblioteca de ambiente climatizado, espaço dinâmico e organizado e acervos com referências bibliográficas imprescindíveis para formação dos alunos. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

A biblioteca dispõe de um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (quatorze) dias para o aluno e 180 (cento e oitenta) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo é distribuído de forma organizado no espaço físico e dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso

Há também a Biblioteca Virtual do IFRO “Minha Biblioteca”. A Minha Biblioteca é a maior e melhor plataforma virtual de livros digitais, reúne milhares de obras fundamentais para a formação de profissionais de todas as áreas de conhecimento.

7.1.4. Dos Espaços para Eventos

O *Campus* conta com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos e médios eventos, tais como: sala de conferências e amplo pátio coberto.

7.1.5. Das Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do *Campus* foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta de dois conjuntos sanitários masculinos e dois femininos. Com área de 16,53m², cada conjunto possui seis divisórias com vasos sanitários, sendo uma planejada para atendimento às pessoas com necessidades especiais e uma bancada com lavatórios. Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira e espelhos. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

7.2. Da Organização do Controle Acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas no Regimento Interno do *Campus* Guajará-Mirim (RESOLUÇÃO Nº 54, DE 12 DE JULHO DE 2016).

O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente de CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico. A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da CRA.

7.3. Dos Setores de Assessoramento ao Curso

A estrutura organizacional do *Campus* compõe-se de setores pedagógico administrativos para orientação, acompanhamento e suporte às atividades de alunos e professores, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, e estão de acordo com o Regimento Interno do *Campus* (Resolução n. 54 de 12 de Julho de 2016).

O *Campus* Guajará-Mirim será dirigido pelo(a) Diretor(a) Geral, nomeado(a) de acordo com o que determina o Art. 13 da Lei nº 11.892/2008 e demais legislações vigentes e organizar-se-á conforme a seguinte estrutura organizacional:

I. Órgãos Colegiados

- Conselho Escolar;
- Colegiado de Curso;
- Conselho de Classe.

II. Órgãos Executivos

- Direção-Geral (DG);
- Chefia de Gabinete (CGAB);
- Protocolo e Arquivo;
- Coordenação de Avaliação e Controle Interno (CACI);
- Coordenação de Comunicação e Eventos (CCOM);
- Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP);
- Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI).

III. Diretoria de Ensino (DE)

- Coordenação de Assistência ao Educando (CAED);
- Coordenação de Biblioteca (CBIB);

- Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA);
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE);

- Núcleo Pedagógico Multidisciplinar (NUPEM).

IV. Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)

- Coordenação de Educação a Distância (CEaD);
- Coordenações de Cursos;
- Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Laboratórios.

V. Departamento de Extensão (DEPEX)

- Coordenação de Formação Inicial e Continuada (CFIC);
- Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC).

VI. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)

- Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPI);
- Coordenação de Pós-Graduação (CPOSG);
- Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

VII. Diretoria de Planejamento e Administração (DPLAD)

- Coordenação de Compras e Licitações (CCL);
- Coordenação de Gestão de Contratos e Convênios (CCONV);
- Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (CPALM);
- Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN);
- Coordenação de Serviços Gerais (CSG);
- Contadoria.

7.3.1. Da Direção de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Instrui programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus*, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nas instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED, Coordenação de Biblioteca (CBIB), Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo Pedagógico

Multidisciplinar (NUPEM) e o Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE).

7.3.1.1. Do Departamento de Apoio ao Ensino - DAPE

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino, conforme a necessidade; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, presta apoio pedagógico aos alunos e professores. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Educação a Distância (CEaD) e as Coordenações de Cursos.

7.3.1.2. Da Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos.

O atendimento e acompanhamento pedagógico às turmas e aos alunos, de forma individualizada, tem como objetivo o desenvolvimento harmonioso e equilibrado em todos os aspectos do indivíduo físico, mental, emocional, moral, estético, político, educacional e profissional. Os serviços específicos são:

- Serviço Social, que presta assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, envolvendo: construção do perfil dos que ingressam no *Campus*; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolva, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;
- Serviço de psicologia: atende aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.
- Serviço de Atendimento Educacional Inclusivo: atende alunos com necessidades educacionais específicas.

Existe, portanto, uma inter-relação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e demais setores de apoio pedagógico e administrativos, com vistas a atender principalmente ao Programa de Assistência Estudantil do IFRO.

7.3.2. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, etc.), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para excursões e visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a Administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

7.3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino e extensão; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com estratégias de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, realizados no âmbito interno ou não, envolvendo não apenas os alunos e professores, como também a comunidade externa.

7.3.4. Da Coordenação de Tecnologia da Informação

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno e registro de professores),

dentre outros programas, sistemas e processos.

7.3.5. Do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

7.4. Das Políticas de Educação Inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70): historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidas nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais a fim de nivelá-las aos demais membros da sociedade. Assim sendo, como está preconizado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2018), todas as obras recentes realizadas pelo Instituto Federal de Rondônia já contemplam em seus projetos as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade.

Edificações pré-existentes incorporadas ao IFRO ao longo do tempo e que, porventura, não possuíam acessibilidade, foram adequadas.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº 48/2017, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação. Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional.

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne à educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, provendo assim - o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF, art. 3º, inc. IV), pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos. (Constituição Federal, 1988).

7.5. Certificação de Conclusão de Curso Técnico

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico em Administração, conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004, o artigo 12 da Resolução 3/2018 do Conselho Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas em vigência do IFRO.

7.6. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios, na biblioteca, nas salas de aula e de atendimento a alunos. A Instituição disponibiliza, em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática,

composto com máquinas e equipamentos em bom estado de conservação.

Além do laboratório, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, departamentos de pesquisa e extensão e serviço de apoiopedagógico. O acesso à internet no âmbito do *Campus* é realizado por meio de um canal de alta velocidade, com 20MBps/s – Full (*Upload/Download*).

Os microcomputadores disponibilizados aos docentes permitem, também, acesso, por intermédio do Sistema, às informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.

7.7. Recursos Audiovisuais Disponíveis para o Exercício da Docência

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Quadro 22: Recursos audiovisuais do *Campus*

Equipamento	Quantidade
Projeter Multimídia	8
Televisor	27
Computadores	100

Fonte: IFRO, 2022.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**. n. 4 maio/ago. 1997 CONFINTEA, V. Declaração de Hamburgo. In: V Conferência Internacional de Educação de Adultos. Hamburgo, Alemanha. 1997.

BRASIL, Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em:23.05.2022.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 5.840/06**. 2006).

BRASIL. **PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Documento Base. Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01/2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB/CNE nº 39/2004**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer_392004.pdf>. Acesso em: 13.06.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4/2010, 4, de 13 de julho de 2010**. Define as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 13.06.2022.

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 4 set. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17576&Itemid=866>. Acesso em: 13.06.2022.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13.06.2022.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ro&tema=pnad_internet_celular_2013>. Acesso em: 13.06.2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, **Tecnologia e Inovação. Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2016-2019**. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/documents/10179/1712401/Estrat%C3%A9gia+Naciona+al+de+Ci%C3%A2ncia%20Tecnologia+e+Inova%C3%A7%C3%A3o+2016-019/0cfb61e1-1b8-4323-b136-8c3a5f2a4bb7>>. Acesso em: 13.06.2022.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4. ed. Ministério da Educação, 2022.

BRASIL. **Orientação Normativa 7/2008**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/programa-de-estagio/orientacao_normativa_07_republicacao_2.pdf>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Decreto 5.154/2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Lei 11.534/2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11534.htm>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Lei 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Lei 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Lei 12.711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Lei 8.670/1993**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8670.htm>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Parecer 11/00** – Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 19.05.2022.

BRASIL. **Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, PROEJA e dá outras providências.

BRASIL. LEI 9394/1996 atualizações biênio 2019-2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 17/03/2022 08:09 SEI/IFRO-1524348-Análise https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1631840&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000049&infra_hash=b25e6e... 2/3.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 28 de maio de 2021**. (*) - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018** - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

DataSUS, Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfbr.def>. Acesso em: 30.04.2022.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Brasília,DF: MEC: UNESCO, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.2, p.321-337, jul./dez. 2001.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajajara-mirim/pesquisa/38/47001>. Acesso em: 20.08.2022. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores – 2013**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em: 07.09.2022.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. Portal Instituto Federal de Rondônia (IFRO). **Apresentação**. 2017. Disponível em < <http://portal.ifro.edu.br/sobre-o-ifro> >. Acesso em: 19.05.2022.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Regimento Interno do Campus Guajará-Mirim**. 2016. Disponível em < <https://goo.gl/QwUZag> >. Acesso em: 19.05.2022.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Instruções Normativas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 de 2011**. Instituto Federal de Rondônia. Pró-Reitoria de Ensino. Porto Velho: Proen/IFRO, 2011.

IFRO. **Plano Nacional de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Relatório de indicadores de resultados acadêmicos do IFRO no ano letivo de 2011** (com dados de matrícula inicial de 2012). Porto Velho: PROEN/IFRO, 2012.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **PDI 2018-2022**. Disponível em: <file:///C:/Users/EN%C3%80SIA/Downloads/PDI%202018-2022.pdf>. Acesso em: 20.04.2022.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 34/REIT - CONSUP/IFRO, de 28 de maio de 2020**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de procedimentos para elaboração, reformulação, e atualização de projetos pedagógicos, e suspensão e extinção da oferta de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 88/2016/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Porto Velho: IFRO, 2016.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 79/2016/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação. Porto Velho: IFRO, 2016.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 21/2011/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2011.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 36/2012/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2012.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 48/2017/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 8/2013/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2013.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 11/2017/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 46/2017/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Manual das Coordenações de Cursos de Graduação e de Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 54/2016/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regimento Interno do *Campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho: IFRO, 2016.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 18/2011/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação – CEPI, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2011.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 21/2015/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO. Porto Velho: IFRO, 2015.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 55/2014/CONSUP/IFRO**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2014.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 79/2016**, que Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 54/REIT - CONSUP/IFRO, DE 03 DE outubro de 2019**, que Dispõe sobre a aprovação da alteração da Resolução nº 79/CONSUP/IFRO/2016, que trata do Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018**, que Dispõe sobre a Aprovação do Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante no Âmbito do IFRO.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 11, de 09 de fevereiro de 2017**, que Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução Nº 34/REIT - CONSUP/IFRO, de 28 de maio de 2020**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de procedimentos para Elaboração, Reformulação, e Atualização de Projetos Pedagógicos, e Suspensão e Extinção da Oferta de Cursos no Âmbito do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Resolução N° 35/CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020.** Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

RONDÔNIA. **Rondônia está entre os cinco estados que tiveram maior crescimento acumulado no período 2002-2019.** Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Rondonia-esta-entre-os-cinco-estados-que-tiveram-maior-crescimento.pdf>. Acesso em: 20.08.2022.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20.08.2022.